

## CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015  
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Imagem Diagnósticos S.A. ("Companhia" ou "Grupo") foi constituído em 5 de agosto de 1992 e possui sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo Monteiro, 1.472/1.474, bairro Funcionários.

A Companhia e suas controladas tem como objeto social a prestação de serviços de medicina diagnóstica, incluindo: (i) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; (ii) medicina nuclear e citologia; (iii) anatomia patológica; e (iv) análises clínicas, diretamente ou utilizando-se de empresas médicas especializadas e laboratórios contratados, assim como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico.

A Companhia e suas controladas atuam também na exploração de atividades relativas a: (i) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (ii) consultoria, assessoria, cursos e palestras na área da saúde, bem como prestação de serviços que visem à promoção da saúde e à gestão de doenças crônicas; (iii) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área da medicina diagnóstica; (iv) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de sua atuação; e (v) outorga e administração de franquias empresariais. A Companhia também pode participar de outras Entidades na qualidade de sócia, cotista ou acionista.

A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com 113 unidades, sendo:

<u>Marcas</u>	<u>Estados</u>	<u>Quantidade</u>
Axial	Minas Gerais	17
Grupo CO	Mato Grosso do Sul	14
São Judas Tadeu	Minas Gerais	5
Cedimagem	Minas Gerais - Rio de Janeiro	7
Pró Imagem	São Paulo	3
Sabedotti	Paraná	2
Grupo CSD	Pará	6
CDI	Espírito Santo	4
UMDI	São Paulo	4
Imrad	Minas Gerais	2
Nuclear Medcenter	Minas Gerais	6
Ecoclinica	Paraíba	2
Grupo Gold Imagem	São Paulo	4
Plani	São Paulo	6
CDB	São Paulo	12
RBD	Bahia	11
Delfin	Bahia-Rio Grande do Norte	8

O índice de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante) da Companhia no consolidado foi de 1,155 em 31 de dezembro de 2015 para 1,222 em 31 de dezembro de 2016.

## 2. ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

#### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras individuais.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

#### b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações (equivalente ao CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IAS 17 - Arrendamentos (equivalente ao CPC 06 (R1)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

## 2.2. Principais Práticas Contábeis

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela companhia ou indiretamente, por meio de suas controladas.

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As operações entre as empresas controladas da Companhia, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações com controladas, são eliminadas.

#### Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos, passivos de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

#### b) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios, classificados como de vida útil indefinida, é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Conforme orientação do ICPC 09 (R1), o ágio foi classificado no grupo de "Investimentos", no balanço individual e no consolidado é reclassificado para o grupo de Intangível.

#### c) Contas a receber

Substancialmente representadas por valores a receber de convênios médico-hospitalares e de clientes particulares, incluindo os valores a receber da prestação de serviços ainda não faturados, apurados pelo regime de competência. Tais contas são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos, conforme nota explicativa nº 6.

#### d) Estoques

Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

### Imobilizado

Edificações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios e máquinas e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações, nos casos de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil do Grupo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

### Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ágio na aquisição de investimento e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para a identificação de evidências de perdas de valores não recuperáveis "*Impairment*" ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo por meio de resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Os principais ativos financeiros mantidos pela companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro, contas a receber de clientes, depósitos judiciais.

### Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são: (i) considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios conforme CPC 15 R1; (ii) mantidos para negociação, (iii) ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Ativos financeiros além dos mantidos para negociação e considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios, podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
- o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 25.

### Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, em que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros, depósitos judiciais, caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte;
- violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

#### Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros mantidos pela Companhia são: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar por aquisição de empresas. Esses passivos são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.



### Baixa de ativos financeiros

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro. Se o Grupo não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, o Grupo continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando o Grupo retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e o Grupo retém o controle), o Grupo aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo a essas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida, a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo a essas partes.

#### f) Garantia de reembolso de contingências

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, quando cabível, reconhecida de acordo com o CPC 30 (R1).

#### g) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem como despesa financeira, exceto:

- variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "Outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

#### Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não detém substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas como "Empréstimos e financiamentos". Os juros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil estimada do ativo.

#### h) Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

#### i) Ajuste a valor presente

São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, para os exercícios apresentados, não identificou transações relevantes sujeitas ao ajuste a valor presente.

j) Concessão

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e OCPC 05 Contratos de Concessão. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance das normas mencionadas, a Companhia atua como prestadora de serviço (serviços de operação), além de construir e melhorar a infraestrutura (serviços de construção e melhoria) usada na prestação do serviço público durante determinado prazo.

A Companhia, ao prestar serviços de construção ou melhoria, tem a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário registrada pelo valor justo no reconhecimento inicial. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras ou melhoria da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo, quando aplicável. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

k) Demais ativos e passivos circulantes

Registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até as datas de encerramento dos exercícios, quando aplicável. Os saldos dos ativos não excedem os seus respectivos valores de realização.

l) Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação adotado pela Companhia é pelo lucro real. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Determinadas controladas da Companhia optaram pela tributação com base no lucro presumido: alíquota de presunção de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou se o passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos quando há expectativa de geração de lucro tributável no futuro. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio.

m) Provisão para riscos legais

Constituída para as causas cujas probabilidades de desembolso de caixa são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado das causas que os questionem.

n) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica "Receita a faturar", que está incluída no saldo das contas a receber.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

o) Demonstração de valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

p) Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Companhia julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível, ágio e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado e intangível de vida útil indefinida: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil indefinida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iv) Provisões para riscos legais: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, aumento no volume de análise de exames, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

q) Lucro (prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

Diluído

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

r) Plano de ações restritas

A companhia possui plano de incentivo de longo prazo com ações restritas destinado aos diretores, gerentes e empregados de alto nível. Os custos de remuneração são mensurados pelo valor justo na data de outorga das opções de compra de ações.

s) Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pela IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou joint venture.

t) Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

As normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação
Alterações à IFRS 11	Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas
Alterações à IAS 1 Alterações à IAS 16 e IAS 38	Iniciativa de Divulgação Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
Alterações à IAS 16 e IAS 41 Melhorias Anuais	Agricultura: Plantas Portadoras Ciclo de IFRSs 2012–2014

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (b)
IFRS 16	Arrendamentos (c)
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (d)
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação (d)
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a)
IFRIC 22	Transações com adiantamentos em moedas estrangeiras (b)
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014–2016 (a) (b)
Alterações à IAS 40	Transferência de propriedades de investimentos (b)

- (a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
- (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, sendo permitida a adoção antecipada.
- (d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

As normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

### 3. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

#### Delfpar S.A.

Em 10 de março de 2016, ocorreu a incorporação da Delfpar S.A. ("Delfpar"), sociedade por ações com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, na Avenida Antonio Carlos Magalhães pela Companhia, com a consequente extinção da Delfpar e a versão do seu acervo líquido para a Companhia. Para fins de incorporação, foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis, na data-base de 31 de janeiro de 2016. A Delfpar era controladora de 99,99% das ações da controlada Delfin Imagem S.A. ("DISA"), que em razão da incorporação tornou-se controlada da Companhia juntamente de suas controladas.

O valor total da aquisição foi determinado com base no valor econômico da Delfpar na data da aquisição, por ser o dado verificável disponível e representativo do valor do negócio.

Nome da controladora	Atividade principal	Data de aquisição	Proporção das participações em ações com direito a voto (%)
Delfpar S.A.	Prestação de serviços de medicina diagnóstica	10.03.2016	100%

Os ativos e passivos adquiridos reconhecidos na data de aquisição podem ser assim demonstrados:

	<u>10.03.2016</u>
<i>Ativos</i>	
Caixa e equivalentes de caixa	902
Títulos e valores mobiliários	9.435
Contas a receber	28.382
Estoques	680
Impostos a recuperar	3.547
Partes relacionadas	3.358
Outras contas a receber	5.843
Depósitos judiciais	7.811
Impostos diferidos	4.427
Investimentos	1.875
Imobilizado	52.524
Intangível	20.966
	<u>139.750</u>
<i>Passivos</i>	
Fornecedores	5.722
Empréstimos e financiamentos	28.941
Debêntures	36.103
Salários e encargos	6.565
Obrigações tributárias	9.186
Imposto diferido	11.420



	10.03.2016
Parcelamentos	1.464
Partes relacionadas	474
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	24.608
Outras obrigações	3.934
	<u>128.417</u>
Ativos líquidos adquiridos	<u>11.333</u>

Na referida combinação de negócios foi apurado ágio, como segue:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Contrapartida transferida em caixa e ações	168.786
Contrapartida a transferir (a)	9.412
Assunção de dívida	5.896
Total das contraprestações	<u>184.094</u>
Mais: Participação de não controladores na adquirida	9.030
Menos: Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	<u>(11.333)</u>
Saldo de ágio reconhecido no intangível	<u>181.791</u>

(a) As contraprestações a transferir referem-se à valores a pagar a prazo.

Saída líquida de caixa na aquisição da controlada

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Contrapartida transferida em caixa	-
Saldo de caixa e equivalente de caixa adquirido	<u>902</u>
Efeito da aquisição apresentado nos fluxos de caixa	<u>902</u>

Impacto das aquisições nos resultados do Grupo

O resultado do período inclui lucro de R\$10.066, atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela Delfpar S.A. e as receitas líquidas consolidadas do período incluem R\$102.110.

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2016, as receitas líquidas consolidadas das operações continuadas do Grupo teriam o acréscimo de R\$123.405 e o resultado do período das operações continuadas seriam aumentados em R\$7.384. A Administração do Grupo considera que esses valores se acrescidos ao resultado apresentado na demonstração de resultados, pode ser considerado como proforma e representam uma medida aproximada do desempenho do Grupo combinado em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação em exercícios futuros.

Multilab Laboratório de Análises Clínicas Ltda

Em 25 de novembro de 2016, ocorreu a aquisição da Multilab Laboratório de Análises Clínicas Ltda ("Multilab"), sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, na Rua Dom Aquino pela DI Imagem – Centro de Diagnóstico Integrado por Imagem Ltda, controlada da Companhia. Para fins de aquisição, foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis, na data-base de 25 de novembro de 2016.

O valor total da aquisição foi determinado com base no valor econômico da Multilab na data da aquisição, por ser o dado verificável disponível e representativo do valor do negócio.

Nome da controladora	Atividade principal	Data de aquisição	Proporção das participações em ações com direito a voto (%)
Multilab Laboratório de Análises Clínicas Ltda	Prestação de serviços de análises clínicas laboratoriais	25.11.2016	82%

Os ativos e passivos adquiridos reconhecidos na data de aquisição podem ser assim demonstrados:

	<u>25.11.2016</u>
<i>Ativos</i>	
Caixa e equivalentes de caixa	152
Estoques	560
Contas a receber	130
Outras contas a receber	114
Títulos e valores mobiliários	27
Imobilizado	295
Intangível	23
	<u>1.301</u>
<i>Passivos</i>	
Fornecedores	472
Salários e encargos	491
Empréstimos e financiamentos	270
Obrigações tributárias	183
Outras obrigações	27
	<u>1.443</u>
Ativos líquidos adquiridos	<u>(142)</u>

Na referida combinação de negócios foi apurado ágio, como segue:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Contrapartida transferida em caixa	3.145
Contrapartida a transferir (a)	<u>3.072</u>
Total das contraprestações	6.217
Menos: Participação de não controladores na adquirida	(26)
Mais: Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	<u>142</u>
Saldo de ágio reconhecido no intangível	<u><u>6.333</u></u>

(a) As contraprestações a transferir referem-se à valores a pagar a prazo.

Saída líquida de caixa na aquisição da controlada

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Contrapartida transferida em caixa	(3.145)
Saldo de caixa e equivalente de caixa adquirido	<u>152</u>
Efeito da aquisição apresentado nos fluxos de caixa	<u><u>(2.993)</u></u>

Impacto das aquisições nos resultados do Grupo

O resultado do período inclui lucro de R\$326, atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela Multilab, e as receitas líquidas consolidadas do período incluem R\$798.

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2016, as receitas líquidas consolidadas das operações continuadas do Grupo teriam o acréscimo de R\$8.382 e o resultado do período das operações continuadas seriam diminuídos em R\$803. A Administração do Grupo considera que esses valores se acrescidos ao resultado apresentado na demonstração de resultados, pode ser considerado como proforma e representam uma medida aproximada do desempenho do Grupo combinado em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação em exercícios futuros.

A Companhia contratou especialistas de mercado para poderem proceder com a avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios. A administração da Companhia até a data destas demonstrações financeiras ainda não havia concluído a revisão da mensuração efetuada pelos especialistas contratados. Segundo o CPC 15 (R1), o período de mensuração é o que se segue à data da aquisição, durante o qual o adquirente pode ajustar os valores reconhecidos por uma combinação de negócios. Desta forma, a Companhia procedeu com o registro dos valores dos saldos apurados na combinação de negócios, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12 – Intangível, que de acordo com as alocações identificadas pelos especialistas, foram divididos entre: ágio (goodwill), marcas, contratos e mais-valia de Imobilizado.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e bancos	7.733	673	64.643	16.659
Aplicações financeiras	91.586	-	94.690	5.261
Total	99.319	673	159.333	21.920

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas. Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as aplicações são remuneradas entre 100,92% e 102,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Certificado de depósito bancário - CDB	5.071	2.763	5.696	6.435
Operações compromissadas	36.196	-	37.811	-
Total	41.267	2.763	43.507	6.435
Ativo circulante	36.196	-	37.811	3.672
Ativo não circulante	5.071	2.763	5.696	2.763

As operações compromissadas possuem remuneração entre 100% e 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e seu resgate é em período superior a noventa dias. Estas aplicações são consideradas atividades de investimento da Companhia. Algumas destas aplicações são compromissadas a garantias de contingências e/ou mantidas para cumprimento de obrigações decorrentes das atividades de investimento e financiamento da Companhia.

## 6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Cientes faturados	7.051	14.799	130.996	107.903
Receita a faturar (*)	20.489	9.317	144.854	72.732
	27.540	24.116	275.850	180.635
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.075)	(2.782)	(42.590)	(25.043)
Total	<u>24.465</u>	<u>21.334</u>	<u>233.260</u>	<u>155.592</u>

(\*) Nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados como receita a faturar.

A composição dos valores a receber dos clientes faturados por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
A vencer	20.558	17.576	178.845	137.057
Vencidos:				
Até 30 dias	2.050	2.215	13.599	4.512
De 31 a 60 dias	547	2.153	7.748	2.223
De 61 a 90 dias	574	471	11.904	8.019
De 91 a 180 dias	227	429	13.576	10.434
Mais de 180 dias	3.584	1.272	50.178	18.390
Total	<u>27.540</u>	<u>24.116</u>	<u>275.850</u>	<u>180.635</u>

A Companhia e suas controladas possuem baixo grau de concentração em suas carteiras de clientes.

Devido ao grande número de planos de saúde, pulverização da carteira de clientes, e diferentes graus de coberturas de exames entre os planos, a Companhia incorre em glosas e perdas do saldo de contas a receber. Desta forma, a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, que segue três critérios: i) provisão de 50% do saldo em aberto entre 180 e 360 dias e 85% do saldo em aberto acima de 360 dias; ii) provisão de 100% do saldo de clientes que possuem algum tipo de discussão judicial sobre os saldos faturados; iii) provisão de clientes com análise individual de eventos extraordinários que demandem alguma definição especial.

### Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo inicial	(2.782)	(3.042)	(25.043)	(16.348)
Adição pela combinação de negócios	-	-	(10.041)	-
Adições e baixas, líquidas	(293)	260	(7.506)	(8.695)
Saldo final	<u>(3.075)</u>	<u>(2.782)</u>	<u>(42.590)</u>	<u>(25.043)</u>

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de R\$6.757 e R\$26.373, controladora e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2016 (R\$3.960 e R\$13.217, em 31 de dezembro de 2015) referem-se, substancialmente, a retenções sobre títulos e valores mobiliários e sobre as notas fiscais de serviços. A Administração entende que os valores serão integralmente utilizados no transcorrer do exercício subsequente.

## 8. GARANTIA DE REEMBOLSO DE CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de garantia de reembolso de contingências é de R\$125.016 e R\$139.229, controladora e consolidado, respectivamente (R\$153.647 e R\$158.041 em 31 de dezembro de 2015).

Os riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, mediante penhor das ações e/ou ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes da data de aquisição das controladas.

A movimentação com os respectivos saldos da garantia de reembolso de contingências é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício	153.647	158.041
Adições	19	8.858
Adição por combinação de negócios	9.536	11.627
Atualizações	4.774	4.912
Reversões (*)	(42.960)	(44.209)
Saldo no fim do exercício	<u>125.016</u>	<u>139.229</u>

(\*) As reversões apresentadas correspondem, substancialmente, a prescrição dos riscos legais identificados, uma vez que o fato gerador de tais riscos ocorreu há mais de cinco anos.

## 9. ATIVO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

O ativo financeiro é composto, substancialmente, pela receita de construção e de serviços de melhoria de infraestrutura previstos no contrato de concessão de gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem junto à Secretaria da Saúde do Estado da Bahia ("SESAB"). O ativo é registrado a valor justo na data do seu reconhecimento pela taxa de recomposição de 14,5% ao ano, sendo constituído pela percentagem de evolução física de implantação da infraestrutura.

O atendimento conta com uma central de imagem e 11 unidades hospitalares e teve início em 28 de maio de 2015. O contrato tem validade de 11 anos e 6 meses, podendo este ser alterado, estendido ou reduzido. As benfeitorias realizadas nos hospitais, bem como as máquinas e equipamentos adquiridos durante a concessão, serão de poder do Estado após o término do contrato. Dessa maneira, a tratativa contábil dada a esses itens foi de registro no ativo financeiro.

A remuneração do contrato é feita através da contraprestação anual, correspondente a R\$ 81.863, que será pago através de 1/12 avos. Anualmente, no mês de maio, a base de cálculo das contraprestações é atualizada com base em três índices distintos (IPCA, a Convenção Médica e a Convenção de Imagem).

A movimentação do ativo financeiro no consolidado é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo inicial	16.060	7.380
Adições	64.107	8.586
Atualização monetária	3.958	1.144
Baixa por recebimento	<u>(5.328)</u>	<u>(1.050)</u>
Saldo final	<u>78.797</u>	<u>16.060</u>
Ativo circulante	14.407	2.806
Ativo não circulante	64.390	13.254

#### 10. INVESTIMENTOS

<u>Controladora</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Investimentos	424.076	368.788
Mais valia na aquisição de investimentos	54.562	39.705
Ágio na aquisição de investimentos	767.086	586.983
Total	<u>1.245.724</u>	<u>995.476</u>
Provisão para perdas em controladas (*)	<u>(3.554)</u>	<u>(5.603)</u>

(\*) Refere-se aos investimentos que estão com passivo a descoberto.

<u>Consolidado</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Investimentos	<u>4.694</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.694</u>	<u>-</u>

#### Composição dos investimentos por participação

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
	Participação direta %	Participação direta %
<u>Controladas diretas</u>		
Mastoclínica	100	100
Núcleo de Imagem	100	100
Núcleo de Diagnóstico	100	100
Centro de Imagens	100	100
Veneza Diagnóstico	100	100
Centro Cláudio Ramos	100	100
DI Imagem Diagnóstico	100	100
DI Imagem Centro	100	100
DI Imagem Ultrassonografia	100	100
DI Imagem Raio X	100	100
Plani Diagnósticos	100	100
Dourados	100	100
Conesul	100	100
Sonimed Nuclear	100	100
Cintimed	100	100
SOM Diagnósticos	90	90
Nuclear Diagnóstico	80	80

	31.12.2016	31.12.2015
	Participação direta %	Participação direta %
<u>Controladas diretas</u>		
RM Diagnóstico - Resende	100	100
RM Diagnóstico - Lafaiete	100	100
Sonimed	100	100
Unic	99	99
Ideal	90	90
Clínica Sabedotti	100	100
Alto São Francisco	63	63
IMRAD	100	100
Pará De Minas	100	100
Sete Lagoas	99	99
Gold Imagem Diagnósticos	-	100
Imagem Centro	100	100
Instituto de Diagnósticos Gold Imagem	100	100
Setra Prestação de Serviços	100	100
Araras	70	73
São Judas Tadeu	100	100
Sonograff Vale do Aço	100	100
PRO Imagem Ltda	100	100
PRO RM Diagnósticos Avançados	100	100
PRO Imagem Exames Complem.	100	100
PRO Ressonância	100	100
Ecoclinica S/S	70	70
UMDI	100	100
Nuclear Medcenter	100	100
Científica Tecnogama	100	100
Nucleminas Medicina Nuclear	100	100
CDI Vitória	100	100
CDI Vila Velha	100	100
Rio Claro Medicina Diagnostica Ltda.	75	75
Itaguaí Diagnósticos	75	97
Montes Claros Medicina Diagnostica Ltda.	51	51
Três Rios Imagem Diagnóstica Ltda.	76	76
Rede Brasileira de Diagnosticos SPE S.A.	50	50
TKS - Sistemas Hospitalares	100	100
DELFIN	100	-

Composição do ágio na aquisição de investimentos

	31.12.2016	31.12.2015
Dourados	1.478	1.478
RM Diagnóstico-Resende	1.497	1.497
RM Diagnóstico-Lafaiete	1.081	1.081
Sonimed	3.748	3.748
Unic	1.386	1.386
SOM Diagnósticos	5.475	5.475
Clínica Sabedotti	2.536	2.536
Ideal	283	283
Cintimed	232	232
Sonimed Nuclear S/S	546	546
IMRAD	2.374	2.374
São Judas Tadeu	12.202	12.202
Grupo Gold	3.161	3.161

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ecoclínica S/S	4.972	6.660
Imagem Centro de Diagnósticos (Limeira)	2.339	2.339
UMDI	37.035	37.035
Pro Imagem	13.460	13.460
Grupo Nuclear	3.591	3.591
Grupo CDI	11.210	11.210
Grupo CDB	476.559	476.559
Delfin	181.791	-
Outros	130	130
	<u>767.086</u>	<u>586.983</u>

A movimentação dos investimentos, da mais valia e da provisão para perda em controladas na controladora é como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo início do exercício	402.890	321.863
Aquisição de investimentos	2.303	-
Aumento de capital e adiantamento para futuro aumento de capital	55.376	65.679
Dividendos recebidos	(54.667)	(24.410)
Resultado de equivalência patrimonial	79.679	53.928
Perda por dividendos desproporcionais	(18.386)	(17.282)
Alienação de investimento	(2.020)	-
Outros	9.909	3.112
Saldo no fim do exercício	<u>475.084</u>	<u>402.890</u>

A movimentação dos investimentos no consolidado é como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo no início do exercício	-	-
Adição por combinação de negócios	1.875	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.139	-
Alienação de investimentos	(334)	-
Dividendos recebidos	(9.868)	-
Descontinuação do procedimento de consolidação (i)	2.882	-
Saldo no fim do exercício	<u>4.694</u>	<u>-</u>

(i) No decorrer do exercício de 2016, a Companhia descontinuou a consolidação das investidas "Montes Claros Medicina Diagnóstica" e "Sete Lagoas Diagnósticos por Imagem" em função de litígios entre os acionistas.

A movimentação do ágio é como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo no início do exercício	586.983	586.983
Adições por combinação de negócios	181.791	-
(-) Redução ao valor recuperável de ativos	(1.688)	-
Saldo no fim do exercício	<u>767.086</u>	<u>586.983</u>



## Principais saldos das controladas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas:

	31.12.2016																
	Grupo Axial	Grupo CO (e)	Grupo Plani (f)	Grupo Cedimagem (d)	Grupo Sabedotti	Grupo CSD (g)	Grupo Imrad	Grupo São Judas	Grupo Gold (h)	Grupo Ecoclinica	Grupo UMDI	Grupo PRO (a)	Grupo Nuclear (b)	RBD	Grupo CDI (c)	Grupo CDB	Grupo Delfin
<b>Ativo</b>																	
Circulante	11.201	27.086	22.790	40.134	5.466	22.003	4.529	3.872	10.296	4.707	11.166	11.889	7.290	22.257	11.325	89.208	50.490
Não circulante	9.498	35.125	64.800	32.681	11.801	24.329	6.865	6.238	15.087	4.846	28.008	20.395	2.358	78.504	19.523	107.810	68.837
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>																	
Circulante	2.979	10.217	10.275	10.133	3.166	6.595	996	2.412	3.372	1.284	5.442	8.876	2.334	37.661	5.515	63.699	49.776
Não circulante	3.081	11.001	8.273	5.352	343	5.610	459	1.242	2.922	2.077	991	1.771	290	24.652	4.693	59.934	57.017
Patrimônio líquido	14.640	41.007	69.042	57.330	13.758	34.128	9.939	6.455	19.089	6.193	32.741	21.636	7.023	38.448	20.640	73.385	12.534
<b>Demonstração do resultado</b>																	
Receita	12.216	42.843	51.631	54.253	17.623	38.207	5.294	13.528	17.572	7.838	27.773	16.172	10.442	145.632	22.372	342.894	108.651
Lucro (prejuízo) do exercício	5.317	8.660	10.039	14.671	1.341	3.729	(1.098)	1.576	4.404	(1.626)	(311)	2.947	463	19.221	(235)	14.129	10.638

(a) Pró Imagem, Pró R.M. Diagnóstico, Pró Imagem Exames, Pró Exames.

(b) Nuclear Medcenter, Científica e Nucleminas.

(c) CDI Vitória e CDI Vila Velha.

(d) Centro Cláudio Ramos, CID, Núcleo de Diagnóstico, Núcleo de Imagem, Veneza Diagnóstico, RM Diagnóstico - Lafaiete e RM Diagnóstico - Resende.

(e) DI Imagem Centro, DI Imagem Diagnóstico, DI Imagem Raio X, DI Imagem Ultrassonografia, Conesul, Dourados, Unic, Sonimed, Sonimed Nuclear, Cintimed e Multilab.

(f) Plani Diagnóstico, Plani Ressonância, Plani Jacareí, Araras e Caraguatatuba.

(g) SOM Diagnósticos, Nuclear e Censo.

(h) Imagem Centro, Instituto de Diagnóstico, Setra e Gold Imagem Diagnósticos.

	31.12.2015															
	Grupo Axial	Grupo CO (e)	Grupo Plani (f)	Grupo Cedimagem (d)	Sabedotti	Grupo CSD (g)	Imrad	São Judas	Grupo Gold (h)	Ecoclinica	UMDI	Grupo PRO (a)	Grupo Nuclear (b)	RBD	Grupo CDI (c)	Grupo CDB
<u>Ativo</u>																
Circulante	8.346	16.978	21.575	17.199	5.430	20.107	4.229	2.958	5.746	4.697	10.852	7.727	5.637	12.751	10.978	70.694
Não circulante	19.114	34.573	58.401	51.789	12.140	26.473	7.876	6.817	17.031	6.094	30.317	21.262	4.184	14.684	20.917	80.691
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>																
Circulante	2.466	8.274	10.025	8.955	2.593	7.279	1.318	2.339	4.232	1.355	6.415	5.834	3.090	5.919	5.912	51.687
Não circulante	5.477	7.488	12.572	8.195	523	5.417	254	1.040	7.700	548	3.589	1.533	1.531	2.208	5.558	44.897
Patrimônio líquido	19.517	35.789	57.379	51.838	14.454	33.884	10.533	6.396	10.845	8.888	31.165	21.622	5.200	19.308	20.425	54.801
<u>Demonstração do resultado</u>																
Receita	12.840	38.262	46.586	49.206	12.855	34.766	5.643	13.111	13.312	8.500	25.843	13.279	9.437	23.025	20.151	291.669
Lucro (prejuízo) do exercício	3.678	7.232	6.993	10.796	1.679	4.109	(1.180)	2.260	1.117	(645)	(883)	2.733	(1.092)	1.431	1.414	13.400

## 11. IMOBILIZADO

<u>Controladora</u>	31.12.2016				31.12.2015
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizado:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	28.033	(4.228)	23.805	18.538
Máquinas e equipamentos	8,98	104.721	(48.019)	56.702	55.831
Móveis e utensílios	10	1.713	(327)	1.386	1.334
Equipamentos de informática	20	4.536	(2.483)	2.053	1.400
Instalações	10	568	(479)	89	76
Adiantamento a Fornecedores		11.916	-	11.916	11.916
Total		151.487	(55.536)	95.951	89.095

  

<u>Consolidado</u>	31.12.2016				31.12.2015
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizado:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	119.811	(15.047)	104.764	87.234
Máquinas e equipamentos	8,98	543.295	(222.506)	320.788	278.662
Móveis e utensílios	10	25.052	(13.343)	11.709	15.494
Veículos	20	311	(83)	229	-
Equipamentos de informática	20	15.603	(7.920)	7.683	12.899
Instalações	10	7.352	(3.012)	4.339	4.476
Adiantamento a Fornecedores		14.184	-	14.184	11.916
Outros		960	(450)	510	530
Total		726.568	(262.361)	464.206	411.211

A movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2016 é como segue:

Controladora					
	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31.12.2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros	18.538	6.344	(3)	(901)	23.805
Máquinas e equipamentos	55.831	12.998	(3.699)	(6.459)	56.702
Móveis e utensílios	1.334	424	-	(215)	1.386
Equipamento de informática	1.400	1.454	-	(1.057)	2.053
Instalações	76	37	-	(72)	89
Adiantamento a fornecedores	11.916	-	-	-	11.916
Total	89.095	21.257	(3.702)	(8.704)	95.951

  

Consolidado						
	Saldo em 31.12.2015	Adição por combinação de negócio	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31.12.2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros	87.234	-	28.302	(2.617)	(3.614)	104.764
Máquinas e equipamentos	278.662	52.819	55.674	(28.890)	(41.819)	320.788
Móveis e utensílios	15.494	-	1.895	(46)	(2.198)	11.709
Equipamento de informática	12.899	-	6.769	(2.554)	(4.200)	7.683
Instalações	4.476	-	739	(47)	(502)	4.339
Veículos	-	-	311	-	(31)	229
Adiantamento a fornecedores	11.916	-	2.268	-	-	14.184
Outros	530	-	33	-	(53)	510
Total	411.211	52.819	95.991	(34.154)	(52.417)	464.206

A Companhia e suas controladas revisaram a vida útil dos seus ativos e concluíram que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com as suas operações e refletem adequadamente a vida útil econômica desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração fez a revisão do valor recuperável das unidades geradoras de caixa que possuem ágio, ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou apresentaram prejuízo líquido no resultado do exercício e concluiu pela necessidade de redução ao valor recuperável de ativos no montante de R\$1.688, conforme nota explicativa nº 12. Para as demais unidades geradoras de caixa, a Companhia concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, uma vez que não foi identificado fatores indicativos de perdas.

#### Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros. Foram cedidas as máquinas e equipamentos da Companhia com valor contábil de aproximadamente R\$220.301 (R\$217.926 em 2015).

## 12. INTANGÍVEL

A composição do intangível é como segue:

<u>Controladora</u>	31.12.2016				31.12.2015
	Taxa anual de amortização %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso - software	20	5.033	(2.790)	2.243	714
Intangível em andamento		20.767	-	20.767	3.463
Outros		352	-	352	352
Total		<u>26.152</u>	<u>(2.790)</u>	<u>23.362</u>	<u>4.529</u>

  

<u>Consolidado</u>	31.12.2016				31.12.2015
	Taxa anual de amortização %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ágio na aquisição de empresas		773.419	-	773.419	586.983
Direito de uso - software	20	26.523	(13.585)	12.938	2.598
Intangível em andamento		26.616	-	26.616	5.944
Outros		11.199	-	11.199	44.860
Marcas		53.909	-	53.909	352
Total		<u>891.666</u>	<u>(13.585)</u>	<u>878.081</u>	<u>640.737</u>

A movimentação do ativo intangível exercício de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	Controladora				Saldo Líquido em
	Saldo Líquido em 31.12.2015	Adições	Amortização	Transferências	31.12.2016
Direito de uso - software	714	628	(238)	1.139	2.243
Intangível em andamento	3.463	16.448	-	856	20.767
Outros	352	-	-	-	352
Total	<u>4.529</u>	<u>17.076</u>	<u>(238)</u>	<u>1.995</u>	<u>23.362</u>

	Consolidado						Adição por combinação de Negócios	
	31.12.2015	Adições	Baixas	Amortização	Impairment	Transferências		31.12.2016
Ágio na aquisição de empresas	586.983	-	-	-	(1.688)	-	188.124	773.419
Direito de uso - software	2.598	2.906	(81)	(1.927)	-	8.388	1.054	12.938
Intangível em andamento	5.944	20.115	(276)	(23)	-	856	-	26.616
Outros	352	53	(92)	-	-	-	10.886	11.199
Marcas	44.860	-	-	-	-	-	9.049	53.909
Total	640.737	23.074	(449)	(1.950)	(1.688)	9.244	209.113	878.081

### Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa

Em 31 de dezembro de 2016, os ágios e as marcas foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("*impairment*") e foi identificada necessidade de redução ao valor recuperável de ativos no montante de R\$1.688.

O teste de *impairment* foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e os valores do ágio por expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") foram alocados por unidade, assim como os ativos intangíveis com vida útil indefinida também foram divulgados por unidade.

A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos exercícios futuros projetadas.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia, são consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada em cada equipamento. Essas premissas de crescimento de receita de 2017 foram projetadas para os exercícios de 2018 a 2027 embasadas por outras iniciativas presentes no plano de negócios, considerando: serviços de análises clínicas nas unidades com oferta exclusiva de serviços de diagnóstico por imagem; ii) credenciamentos de novos convênios e de novos serviços com os convênios existentes; e iii) aumento do volume de exames realizados por novos equipamentos instalados nos últimos anos que ainda estão maturando.

Com base na avaliação do mercado de cada unidade geradora de caixa, bem como a expectativa da implementação dos planos citados acima, foram utilizadas as seguintes premissas para a análise do valor recuperável:

%	CDB	SJT	UMDI	Pro Imagem	CDI	Delfin	Demais unidades
Crescimento da receita	8	7,4	8,9	7,7	8	8	6,9
Margem EBTIDA	11,3 a 23,8	23,6 a 31,5	19,5 a 23,8	33,8 a 37,1	25,7 a 26,9	27,0 a 39,2	
Margem líquida	5,03 a 14,29	10,58 a 24,09	4,77 a 21,89	16,1 a 28,86	12,23 a 26,23	10,59 a 19,76	

A Companhia entende que, mesmo estando inseridas no mesmo segmento de negócio, as empresas podem apresentar performances distintas devido às suas características individuais, tais como: estágio de maturação do parque de equipamentos, ambiente competitivo, participação de mercado, mix de exames, custo de mão de obra em cada região e diferenças em outros custos gerais (aluguel, energia elétrica, entre outros).

Em relação ao custos fixos e despesas, foi considerado um crescimento com base na taxa de inflação para os próximos anos de 4,8% ao ano. Uma vez que a maior parte dos contratos de aluguel, fornecedores, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

Desta forma, a Companhia entende que as unidades submetidas ao teste de *impairment* terão melhoria de sua rentabilidade para os próximos anos, combinando as ações de aumento de receita e diluição de custos.

A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente líquido (VPL) é baseada no custo médio ponderado de capital (WACC – *weighted average cost of capital*), composto, dentre outros fatores, pela taxa livre de risco, risco país, risco de ações e o beta desalavancado do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual da Companhia e sua evolução ao longo do período em questão, bem como a alocação tributária de cada parcela do capital, próprio e de terceiros. A taxa calculada foi de 13% e foi a mesma utilizada para todas as unidades geradoras de caixa.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 10 anos uma vez que este é o período utilizado pela Companhia para sua modelagem financeira.

Ainda em conformidade com o teste realizado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta abaixo eventuais impactos decorrentes de mudanças nas premissas chave utilizadas pela Administração na elaboração do teste de *impairment*:

- Acréscimo de 1,0 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa resultaria em redução no valor dos fluxos de caixa de R\$ 216.906.
- Decréscimo de 1,0 ponto percentual na taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa resultaria em redução no valor dos fluxos de caixa de R\$ 108.021.
- Decréscimo de 1,0 ponto percentual na taxa de crescimento da receita do fluxo de caixa resultaria em redução no valor dos fluxos de caixa de R\$190.846.
- Acréscimo de 1,0 ponto percentual na taxa de inflação do fluxo de caixa resultaria em redução no valor dos fluxos de caixa de R\$78.312.
- O efeito combinado de todos as sensibilidades acima resultaria em redução no valor dos fluxos de caixa de R\$561.628.

### 13. FORNECEDORES

Composto substancialmente por aluguéis, fornecedores de informática, serviços, materiais para exames, máquinas e equipamentos e obras de infraestrutura. Os prazos médios de pagamentos dos fornecedores são de 45 dias. Na controladora, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R\$14.273 (R\$13.577 em 31 de dezembro de 2015) e no consolidado R\$69.737 (R\$51.108 em 31 de dezembro de 2015).

### 14. SALÁRIOS, OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Salários a pagar	1.487	1.171	7.640	5.902
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a recolher	674	1.206	5.137	7.268
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS a recolher	205	251	1.928	1.834
Provisão para bônus	5.227	2.275	7.444	2.605
Provisão para férias	2.803	1.647	17.590	9.186
Outros	757	511	1.488	1.414
Total	11.153	7.061	41.227	28.209

## 15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<u>Moeda nacional</u>				
Leasing de máquinas e equipamentos	261	560	7.371	5.515
Capital de giro	142.978	110.592	194.632	120.140
FINAME	5.492	6.903	41.292	28.364
Debêntures (*)	-	-	25.583	-
(-) Custo de captação	(4.129)	(573)	(4.671)	(732)
Total	144.602	117.482	264.207	153.287
<u>Moeda estrangeira USD</u>				
Leasing de máquinas e equipamentos	-	-	8.615	1.367
Capital de giro	222.903	296.026	222.903	296.026
Financiamento de equipamentos	1.285	1.754	11.604	16.732
(-) Custo de captação	(1.634)	(2.071)	(1.682)	(1.968)
Total	222.554	295.709	241.440	312.157
Circulante	144.159	64.918	202.830	79.654
Não circulante	222.997	348.273	302.817	385.790

(\*) As debêntures são oriundas da aquisição realizada no exercício.

Resumo das principais características:

(i) As principais características dos empréstimos e financiamentos são como segue:

Modalidade	Vencimento	Indexador	Taxa Contratual
Capital de Giro (i)	Semestral 03/13 a 09/21	US\$	2,35% a.a
Capital de Giro (ii)	Semestral 08/13 a 05/20	US\$ + Libor	3,50% a.a
Capital de Giro (iii)	Semestral 12/13 a 06/20	CDI	2,30% a.a
Capital de Giro (iv)	Semestral 10/16 a 10/19	Pré - Fixado	6,95% a.a + IR
Capital de Giro (v)	Semestral 08/16 a 02/19	Pré - Fixado	5,81% a.a
Capital de Giro (vi)	Trimestral 09/15 a 9/18	CDI	2,80% a.a.
Capital de Giro (vii)	Semestral 09/15 a 3/19	CDI	3,50% a.a.
Capital de Giro (viii)	Trimestral 11/15 a 10/18	Pré - Fixado	5,33% a.a.
Capital de Giro (xi)	Semestral 10/16 a 04/18	CDI	3,95% a.a.
Capital de Giro (x)	Mensal 05/16 a 04/19	CDI	4,00% a.a.
Capital de Giro (xi)	Mensal 06/17 a 05/19	CDI	3,84% a.a.
Capital de Giro (xii)	Mensal de Janeiro/17 a Junho/19	CDI	4,53% a.a.
FINAME (xiii)	Mensal de Setembro/17 a Agosto/23	Pré-fixado	9,5% a.a.
FINAME (xiv)	Mensal de Janeiro/18 a Dezembro/23	Pré-fixado	9,5% a.a.
Debêntures (xv)	Trimestral de Julho/13 a Julho/18	CDI	2,73% a.a
Capital de Giro (xvi)	Mensal Agosto/16 a Julho/17	CDI	4,50% a.a
Capital de Giro (xvii)	Único Setembro/17	CDI	4,00% a.a
Capital de Giro (xviii)	Único Julho/17	CDI	4,86% a.a
Arrendamento Mercantil (xix)	Mensal de Novembro/16 a Novembro/21	Pré-fixado	1,53% a.m
Capital de Giro (xx)	Mensal de Outubro/16 a Outubro/17	CDI	4,86% a.a

(i) Contrato de financiamento concedido pelo KFW Banking Group (Alemanha), com linha de US\$22.547. Até 31 de dezembro de 2016, a Companhia utilizou US\$17.103 do montante total disponibilizado. O período de amortização é de nove anos, em parcelas semestrais, a partir de 21 de agosto de 2012. Os recursos são destinados, exclusivamente, ao financiamento de 85% do valor dos equipamentos de diagnóstico por imagem adquiridos da Siemens Ltda. O financiamento tem como garantia os próprios equipamentos.



- (ii) Empréstimo concedido pelo IFC International Finance Corporation (EUA), no valor total de US\$10.000 mil. O período de amortização é de oito anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados à aquisição de outras empresas do setor, ao crescimento orgânico da Companhia e à aquisição de equipamentos de diagnóstico por imagem. O empréstimo tem como garantia o penhor de cotas de empresas controladas.
- (iii) Empréstimo concedido pelo IFC International Finance Corporation (EUA), no valor total de US\$40.000, sendo uma tranche de US\$20.000 que tem como indexador CDI acrescido de 2,30% a.a e outra tranche de US\$20.000 que tem como indexador CDI acrescido de 2,65% a.a. O período de amortização é de nove anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados à aquisição de outras empresas do setor, ao crescimento orgânico da Companhia e à aquisição de equipamentos de diagnóstico por imagem. O empréstimo tem como garantia o penhor de cotas de empresas controladas.
- (iv) Empréstimo concedido pelo Banco ABC Brasil no valor total de US\$6.273 com taxa de juros pré-fixada em 6,95% a.a. acrescidos de imposto de renda de 25% reajustado. A Companhia contratou swap para proteção contra as variações da moeda. O período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (v) Empréstimo concedido pelo Banco Santander no valor total de US\$25.177 com a taxa de juros pré-fixada, acrescidos de 5,81% a.a. A Companhia contratou swap para proteção contra variações da moeda. O período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (vi) Empréstimo concedido pelo Banco Votorantim no valor total de R\$10.000, e tem como indexador CDI acrescido de 2,80% a.a. O período de amortização é de três anos, em parcelas trimestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (vii) Empréstimo concedido pelo Banco Itaú no valor total de US\$10.723. A Companhia contratou swap, com a taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescidos de 3,50% a.a. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (viii) Empréstimo concedido pelo Banco Santander no valor total de US\$5.249 com a taxa de juros pré-fixada, acrescidos de 5,33% a.a.. A Companhia contratou swap para proteção contra variações da moeda. O período de amortização é de três anos, em parcelas trimestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (ix) Empréstimo concedido pelo Banco Itaú no valor total de US\$5.214. A Companhia contratou swap, com a taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescidos de 3,95% a.a. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (x) Empréstimo concedido pelo Banco Votorantim no valor total de R\$14.950, e tem como indexador CDI acrescido de 4,00% a.a. O período de amortização é de três anos, em parcelas mensais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (xi) Empréstimo concedido pelo HSBC no valor total de R\$20.000, e tem como indexador CDI acrescido de 3,844% a.a. O período de amortização é de dois anos, em parcelas mensais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (xii) Em 15 de junho de 2016, a controlada Clínica Delfin efetuou um novo contrato de financiamento em moeda nacional junto ao Banco Santander no montante de R\$ 8.000 para financiamento do capital de giro com juros pré-fixados de 4,53% a.a. mais a variação do CDI. Esse contrato de empréstimo determina pagamentos mensais a partir de janeiro de 2017 e término em 15 de junho de 2019.

- (xiii) Contrato de financiamento FINAME concedido pelo BNDES, por meio do Banco BDMG. O financiamento destina-se a implantação das unidades da beneficiária, mediante a aquisição dos equipamentos. A linha de crédito total concedida é de R\$7.016 dividido em subcréditos. Até o dia 31 de dezembro de 2016, foram captados R\$3.116. O contrato possui carência de 24 meses, a amortização será em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de setembro de 2017 e término em 15 de agosto de 2023. A taxa de juros pode variar entre 5,44% e 9,5% a.a., a depender dos subcréditos.
- (xiv) Contrato de financiamento FINAME concedido pelo BNDES, por meio do Banco BDMG. O financiamento destina-se a implantação das unidades da beneficiária, mediante a aquisição dos equipamentos. A linha de crédito total concedida é de R\$28.648 dividido em subcréditos. Até o dia 31 de dezembro de 2016, foram captados R\$8.428. O contrato possui carência de 24 meses, a amortização será em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de janeiro de 2018 e término em 15 de dezembro de 2023. A taxa de juros pode variar entre 5,80% e 9,5% a.a., a depender dos subcréditos.
- (xv) Foram emitidas 50 debêntures com valor unitário de R\$1.000 cada, totalizando R\$50.000. O prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão de 15 de julho de 2013, com vencimento final previsto para 8 de julho de 2018. As Debêntures fazem jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI, acrescida de sobretaxa equivalente a 2,73% ao ano.
- (xvi) Empréstimo concedido pelo BBM em Julho de 2016 no valor total de R\$20.000, e tem como indexador CDI acrescido de 4,50% a.a. O período de amortização é de dois anos, em parcelas mensais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (xvii) Empréstimo concedido pelo Itaú em Setembro de 2016 no valor total de R\$10.000, e tem como indexador CDI acrescido de 4,00% a.a. O período de amortização é de um ano, em parcela única. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (xviii) Empréstimo concedido pelo Fibra em Agosto de 2016 no valor total de R\$10.000, e tem como indexador CDI acrescido de 4,86% a.a. O período de amortização é de um ano, em parcela única. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (xix) Contrato de arrendamento mercantil obtido junto ao Banco Daycoval relativo a aquisição de um aparelho de imagem Brilhance ICT SP. O valor total do arrendamento é de R\$3.827. Índice de atualização pré-fixado de 1,53% ao mês e o contrato será amortizado em 60 parcelas mensais.
- (xx) Empréstimo concedido pelo Banco Fibra no valor total de R\$4.000, e tem como indexador CDI acrescido de 4,86% a.a.. Os recursos são destinados para capital de giro. A amortização de juros será em 12 parcelas mensais, tendo início em 26 de outubro de 2016 e término em 25 de outubro de 2017. O principal será integralmente pago no final do período.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Saldo no início do exercício	413.191	276.778	465.444	317.996
Captações líquidas	129.141	134.999	185.219	150.411
Adições por controladas adquiridas (*)	-	-	65.314	-
Pagamento de principal	(107.684)	(80.069)	(146.781)	(93.659)
Pagamentos de encargos financeiros (**)	(36.073)	(39.007)	(44.320)	(45.153)
Encargos financeiros	50.243	46.544	66.620	53.271
Variação cambial	(81.662)	73.946	(85.849)	82.578
Saldo no fim do exercício	367.156	413.191	505.647	465.444

(\*) Em 2016, refere-se à aquisição da controlada Delfin e Multilab.

(\*\*) Conforme parágrafo 33 do CPC 03 (R2), a Companhia entende que os juros pagos na sua atividade são melhor apresentados na atividade de financiamento.

Para informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 25.

#### Bônus de subscrição

Em 31 de março de 2013, no âmbito da captação do financiamento mencionada acima, foi emitido em favor do IFC um bônus de subscrição, com as seguintes principais características:

- (a) Valor nominal global (Reais): O preço de emissão do Bônus de Subscrição n.1 é o equivalente em reais a US\$1. (mil Dólares Norte-Americanos).
- (b) Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações da Companhia (i) condições e (ii) efeitos sobre o capital social: Observadas as condições previstas no Bônus de Subscrição n.1, o titular poderá exercer o direito de subscrever as Ações do Bônus durante o Período de Exercício em caso de um Evento de Conversão (conforme abaixo definido), mediante entrega à Companhia de Notificação de Exercício (conforme abaixo definido), observado que: (i) com relação a uma troca de controle da Companhia, a Companhia deverá entregar ao titular uma Comunicação de Evento de Conversão (conforme abaixo definido) com, no mínimo, 35 (trinta e cinco) dias de antecedência da respectiva Data de Fechamento (conforme abaixo definido), observado que, caso uma segunda comunicação de transferência seja entregue ao titular na forma da Cláusula 4.03(f) do Contrato (conforme abaixo definido), a Companhia deverá entregar uma nova Comunicação de Evento de Conversão ao titular, de modo que o titular tenha tempo suficiente para decidir exercer ou não seu direito de subscrever as Ações do Bônus anteriormente ou concomitantemente à ocorrência de tal Evento de Conversão; e (ii) com relação a uma oferta pública de distribuição de ações da Companhia, a Companhia deverá entregar uma Comunicação de Evento de Conversão ao titular no mínimo 10 (dez) dias antes da liquidação financeira de tal Oferta. O titular (e seus eventuais sucessores e os cessionários) terá o direito de subscrever, e a Companhia terá a obrigação de emitir, a quantidade de ações ordinárias e/ou preferenciais, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com direitos idênticos aos direitos das ações ordinárias e/ou preferenciais existentes na Data de Subscrição (conforme abaixo definido), sendo certo que caso o capital da Companhia seja representado por mais de uma espécie e/ou classe de ação, tais ações serão da mesma espécie e/ou classe das ações da Companhia existentes na Data de Subscrição, devendo ser para tanto

emitidas na mesma proporção de ações ordinárias e ações preferencias da Companhia, bem como na mesma proporção das diferentes classes de ações da Companhia, conforme existente na Data de Subscrição (tais ações, as "Ações do Bônus"). Nas hipóteses acima previstas, o direito de subscrição previsto no Bônus de Subscrição n.1 só poderá ser exercido de forma integral de uma só vez pelo titular. O número de Ações do Bônus a serem emitidas em caso de exercício do direito de subscrição conferido pelo Bônus de Subscrição n.1 será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

**A = B / C**, onde:

"**A**" significa o número de Ações do Bônus a serem emitidas em tal ocasião (o "Número de Ações do Bônus");

"**B**" significa o correspondente Valor de Conversão (conforme abaixo definido) indicado pelo titular na respectiva Notificação de Exercício (conforme abaixo definido), a ser aplicado no pagamento do preço de emissão do Número de Ações do Bônus na respectiva Data de Subscrição; e

"**C**" significa o Preço de Emissão por Ação (conforme abaixo definido).

O Valor de Conversão será pago pelo titular à Companhia na respectiva Data de Subscrição, por meio da conversão de tal montante em investimento externo direto no capital da Companhia.

#### Cláusulas restritivas

Determinados empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas ("*covenants*"), incluindo a manutenção de índices financeiros e de liquidez medidos trimestralmente.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas estão adimplentes com os índices financeiros mencionados, bem como às demais cláusulas de *covenants*.

#### 16. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS (CONSOLIDADO)

A Companhia e suas controladas, com base na Lei Federal nº 11.941, de 27 de maio de 2009, formalizou a opção pelo programa de parcelamento instituído pela referida legislação. Dessa forma, todos os débitos tributários e previdenciários, levantados pela Companhia e por seus assessores, foram incluídos neste programa.

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Parcelamentos de Imposto Sobre Serviços - ISS (a)	1.135	4.202
Parcelamentos da Receita Federal (b)	1.802	2.877
Parcelamentos de INSS	1.519	668
Parcelamentos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	388	686
Parcelamentos Terceiros(c)	4.223	-
Total	9.067	8.433
Circulante	2.088	1.256
Não circulante	6.979	7.177

- (a) A controlada Centro de Diagnóstico por Imagem Ltda., até o exercício de 2007 recolhia o ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - aplicando a alíquota de 5% sobre a sua receita. Contudo por entender que a alíquota a ser recolhida deveria ser de 2%, suspendeu os pagamentos a partir de 2008 e ingressou com ação judicial contra a Prefeitura de Vitória pleiteando o reenquadramento da alíquota para 2%. Em 20.05.2010, a Prefeitura Municipal de Vitória/ES publicou a Lei 7.398 instituindo o Programa Extraordinário de Parcelamento e Regras Para Equacionar os litígios de Sociedade Uniprofissional - PexP -. Tal dispositivo além de reduzir a alíquota do ISS para 2% sobre o faturamento, também instituiu o parcelamento dos débitos pendentes de recolhimento decorrentes da suspensão de pagamento durante o período da discussão judicial, sendo que tais débitos foram parcelados em 240 parcelas mensais.

A Lei Complementar 548, de 02 de julho de 2014 da Prefeitura de São José dos Campos/SP, instituiu o Programa de Pagamento Incentivado - PPI - para os débitos tributários inscritos em dívida ativa, com ou sem cobrança judicial, com previsão para pagamento a vista ou parcelado, com redução de juros e multa moratória. Considerando a vantagem do PPI, a Controlada Plani Diagnósticos Médicos Ltda., optou pelo pagamento de débitos de ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - não pagos e inscritos em dívida ativa. O Parcelamento deferido em agosto de 2014, o qual será quitado em 100 parcelas mensais.

- (b) A Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, instituiu o programa de refinanciamento fiscal - REFIS - para pagamento à vista ou parcelado de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento. Considerando os termos e vantagens oferecidos por este programa de anistia fiscal, em novembro de 2009, a controlada Plani Diagnósticos Médicos Ltda., optou pelo parcelamento de débitos de IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS. Parcelamento este deferido pela Receita Federal em junho de 2011, o qual será quitado em 180 prestações atualizadas pela SELIC.
- (c) Refere-se à obrigações dos parcelamentos de impostos de exercícios anteriores à aquisição das controladas Plani Ressonância, Plani Diagnósticos, Científica e Sabedotti. A companhia possui constituída um contas a receber de igual valor na rubrica de partes relacionadas como contra partida dessa obrigação. A liquidação dessa obrigação ocorre através de pagamentos feitos pelos sócios minoritários.

A movimentação dos parcelamentos de impostos no exercício de 2016 é como segue:

	<u>Consolidado</u>
Saldo no início do exercício	8.433
Adição pela combinação de negócios	1.464
Adições	1.362
Baixas	(238)
Amortizações	(2.468)
Juros provisionados	514
Saldo no fim do exercício	<u>9.067</u>

## 17. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

	Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015
Controladas adquiridas:		
Nuclear	2.321	2.039
Sonimed	1.549	1.360
Unic	2.323	2.041
Clínica Sabedotti	3.946	3.467
Cintmed	380	334
Sonimed Nuclear	735	645
IMRAD	1.213	1.066
São Judas Tadeu	2.267	1.992
Gold Imagem Diagnósticos	24	160
Imagem Centro de Diagnósticos	484	1.584
Instituto de Diagnósticos (Rio Claro)	218	713
Setra Prest.Serviços	117	382
Sonograff	640	818
Nuclear Medcenter	2.495	3.719
UMDI	7.390	6.492
Pró-Imagem	7.391	6.998
Delfin	10.462	-
Total	43.955	33.810
Circulante	12.803	4.354
Não circulante	31.152	29.456

  

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Controladas adquiridas:		
Nuclear	2.321	2.039
Sonimed	1.549	1.360
Unic	2.323	2.041
Clínica Sabedotti	3.946	3.467
Cintmed	380	334
Sonimed Nuclear	735	645
IMRAD	1.213	1.066
São Judas Tadeu	2.164	1.992
Gold Imagem Diagnósticos	24	160
Imagem Centro de Diagnósticos	484	1.584
Instituto de Diagnósticos (Rio Claro)	218	713
Setra Prest.Serviços	117	382
Sonograff	640	818
Nuclear Medcenter	2.495	3.719
UMDI	7.390	6.492
Pró-Imagem	7.391	6.998
Delfin	10.462	-
Multilab	3.113	-
Total	46.965	33.810
Circulante	13.478	4.354
Não circulante	33.487	29.456

As contas a pagar por aquisições de empresas contemplam garantias previstas nos Contratos de Compra e Venda decorrentes de retenções de parcelas do valor a pagar. Sobre os valores incidem encargos financeiros com base na variação das taxas do CDI ou SELIC.

A movimentação das contas a pagar por aquisição de empresas no exercício findo em 31 de dezembro é como segue:

	Controladora
Saldo no início do exercício	33.810
Adições	9.412
Pagamento do principal	(3.515)
Pagamento de encargos financeiros	(1.054)
Encargos financeiros	5.302
Saldo no fim do exercício	43.955
	Consolidado
Saldo no início do exercício	33.810
Adições	12.484
Pagamento do principal	(3.618)
Pagamento de encargos financeiros	(1.054)
Encargos financeiros	5.343
Saldo no fim do exercício	46.965

A composição das contas a pagar por aquisição de empresas por vencimento em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	Controladora	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal
1 ano	12.803	14.163
2 anos	8.076	9.757
3 anos	12.614	16.756
4 anos	-	-
Após 4 anos	10.462	16.861
Total	43.955	57.537
	Consolidado	
	Cronograma de pagamento	Valor nominal
1 ano	13.478	14.910
2 anos	8.958	10.823
3 anos	12.900	17.135
4 anos	389	567
Após 4 anos	11.240	18.114
Total	46.965	61.549

#### 18. PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, são partes em processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível em diversas instâncias, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base na opinião de seus assessores jurídicos na análise das demandas judiciais pendentes.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Provisão para riscos legais", considerado suficiente pela Administração para a cobertura de prováveis desembolsos de caixa nos processos em andamento, é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Trabalhistas e previdenciários (a)	97.654	123.700	114.617	132.812
Tributários (b)	26.810	30.202	64.027	45.500
Cível	10	3	834	258
Total	124.474	153.905	179.478	178.570

- (a) Provisões trabalhistas constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamações, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, substancialmente, aos riscos de futuras lides relativas a interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício decorrente de relações trabalhistas identificadas durante combinações de negócios ocorridas em exercícios anteriores. O risco estimado se refere substancialmente à controlada TKS, cujo valor estimado é de R\$ 90.774 em 31 dezembro de 2016 (R\$ 120.810 em 31 dezembro de 2015).

Os riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, as quais preveem o ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes da data de aquisição das controladas. Mais detalhes vide nota explicativa nº 8.

- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se principalmente aos riscos de futuras lides com o fisco referente à discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial, decorrentes substancialmente, na controladora, de combinações de negócios ocorridas em exercícios anteriores. O risco estimado se refere substancialmente à controlada TKS, cujo risco de descaracterização como SCP representa R\$ 15.787 em dezembro de 2016 (R\$24.835 em 31 dezembro de 2015). Parte substancial da provisão para riscos tributário no passivo é representada pela contrapartida da Garantia de Reembolso de Contingências de natureza tributária apresentada no ativo.

No consolidado, a Companhia discute judicialmente a apuração e o pagamento do ISS como empresa uni profissional, em vez de ter tributado a receita de prestação de serviços para o período de maio de 2005 a abril de 2010. Este processo é previsto no inciso II do art. 15 da lei n. 13.701/2003, cujo valor do risco atualizado é de aproximadamente R\$ 12.210, com valor de depósito judicial de R\$ 10.694. A movimentação da provisão para riscos nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício	153.905	178.570
Adição pela combinação de negócios	9.536	36.235
Adições	18	8.858
Reversões (*)	(43.759)	(49.097)
Encargos financeiros	4.774	4.912
Saldo no fim do exercício	124.474	179.478



- (\*) Os riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, as quais preveem o ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes da data de aquisição das controladas. As reversões apresentadas correspondem, substancialmente, as contingências não materializadas que prescreveram durante o exercício, uma vez que o fato gerador do risco ocorreu há mais de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de garantia de reembolso de contingências contabilizadas é de R\$125.016 na controladora e R\$139.229 no consolidado (R\$153.647 e R\$158.041 em 31 de dezembro de 2015). (nota explicativa nº 8).

Os processos cujo risco de perda é possível referem-se a:

#### Tributários

A Companhia e suas controladas figuram no polo passivo em processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Conforme a análise dos assessores jurídicos, foi considerado como perda possível em causas tributárias o montante de R\$80.372 em 31 de dezembro 2016, para os quais a companhia possui garantias no montante de R\$79.390, conforme nota explicativa nº 8 (R\$58.444 de causas tributárias e R\$58.415 de garantia em 31 de dezembro de 2015).

#### Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram no polo passivo em processos administrativos e judiciais relativos a danos morais e materiais. Conforme a análise dos assessores jurídicos, foi considerado como perda possível no montante de R\$5.104 em 31 de dezembro de 2016 nos quais a companhia tem a garantia de R\$1.629 conforme nota explicativa nº 8 (R\$3.406 de causas cíveis e R\$1.143 de garantia em 31 de dezembro de 2015).

#### Trabalhistas

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas controladas figuram no polo passivo e cujo risco de perda é possível referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços, de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício. O risco em 31 de dezembro de 2016 foi avaliado no montante de R\$33.800, para os quais a companhia possui garantia R\$23.693 conforme nota explicativa nº 8 (R\$18.442 de causas trabalhistas e R\$15.960 de garantia em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, os riscos trabalhistas classificados como possível incluem 3 processos relacionados a contratos com empresas médicas para a prestação de serviços nas áreas de diagnósticos por imagem, no qual se discute o reconhecimento do vínculo empregatício. A Companhia entende que a prática por ela adotada de contratação de empresas médicas é regular e de acordo com a legislação vigente, havendo inclusive, jurisprudência favorável à contratação de pessoas jurídicas nessa modalidade. Os valores estimados da contingência passiva relacionadas a esses processos é de R\$4.452 (R\$6.261 em dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, há R\$664 na controladora e R\$22.050 no consolidado de depósitos judiciais para fazer frente aos processos em andamento (R\$381 na controladora e R\$15.149 no consolidado em 31 de dezembro de 2015).

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social integralizado é de R\$579.780 (R\$298.048 em 31 de dezembro de 2015), dividido em 114.898.767 ações (91.735.156 em 31 de dezembro de 2015).

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ações ordinárias	114.898.767	46.883.107
Ações preferenciais - Classe A	-	44.594.244
Ações preferenciais - Classe B	-	257.805
	<u>114.898.767</u>	<u>91.735.156</u>

Aumento de capital

No dia 10 de março de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social em R\$23.806, mediante a emissão de 10.184.522 ações sendo 3.099.712 ações ordinárias, 5.128.125 ações preferenciais classe "A", e 1.956.685 ações preferenciais classe C criadas neste ato, resgatáveis, não conversíveis, sem direito a voto e com prioridade no reembolso em caso de liquidação da Companhia.

No dia 26 de agosto de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social em R\$1.310, mediante a emissão de 109.158 novas ações preferenciais classe B, nominativas e sem valor nominal, fixado nos termos do Plano de Reconhecimento Médico.

No dia 04 de outubro de 2016, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital social em R\$0,06, mediante emissão de 988.798 novas ações ordinárias (Ações Bônus HBA), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Oferta Pública de ações

No dia 26 de agosto de 2016, foi aprovada através de Assembleia Geral Extraordinária a oferta primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto da social da companhia. A oferta consistiu na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400.

Em decorrência da oferta a Companhia aprovou por meio de ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de outubro de 2016 o aumento do capital social no montante de R\$279.070 mediante a emissão de 13.953.489 ações ordinárias, cada uma no valor de R\$20,00 (vinte reais), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que foram objeto da oferta.

Despesas com emissão de ações

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais foram contabilizados, de forma destacada, no Patrimônio Líquido, conforme determina o CPC 08 (R1). O montante registrado foi de R\$22.525.

Reserva de capital

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios (i)	616.673	471.680
Plano de opções em ações (ii)	-	2.910
Ações restritas (iii)	1.551	-
Opção de compra de ações (iv)	(2.430)	-
	<u>615.794</u>	<u>474.590</u>

- (i) A Companhia adquiriu a integralidade das ações dos acionistas das controladas CDB e da Delfin, transformando-as em subsidiárias integrais, mediante emissão e entrega de ações da Companhia aos ex-sócios destas empresas, acarretando em um aumento de capital social na Companhia.

Desta forma, a Companhia registrou em seu patrimônio líquido, por analogia do artigo 182 da lei 6.404, a diferença entre o valor total das aquisições e o valor atribuído ao capital social, conforme ato societário. O valor registrado corresponde a R\$471.680 atribuíveis a Combinação de negócios da CDB e R\$177.011 para a Delfin.

No dia 10 de março de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o resgate e cancelamento de 1.956.685 ações preferenciais classe C de emissão da Companhia, pelo valor de R\$ 16,36 por ação, totalizando o valor de R\$ 32.018, pago pela Companhia aos respectivos acionistas titulares de tais ações.

- (ii) Em 26 de agosto de 2016, a Companhia decidiu cancelar e extinguir o plano de opções de compra de ações aprovado em AGE de 20 de dezembro de 2013 ("Plano de Opção"), e a extinção de todas as opções outorgadas no âmbito do referido plano e dos respectivos programas aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, mediante o distrato dos contratos vigentes nos termos, sem que haja, portanto, qualquer emissão de ações no presente ou no futuro aos detentores das referidas opções decorrentes do Plano de Opção Atual. Para o cancelamento, a Companhia estipulou um bônus a pagar aos participantes do Plano de Opção Atual no montante de R\$11.932, o qual está de acordo com o valor justo apurado por empresa independente, sendo que R\$8.442 foi registrado como despesa no resultado do exercício. Perfazendo um total no patrimônio líquido de R\$3.490.
- (iii) Adicionalmente, na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de agosto de 2016 foi aprovado um plano de incentivo de longo prazo com ações restritas destinado aos diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia e de suas subsidiárias, nos termos apresentados pelo Conselho da Administração. O total de ações outorgadas, descontada a Rotatividade, foi de 1.008.488 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sujeitas às restrições previstas no presente Plano e no respectivo Contrato de Outorga, no montante de R\$15.224, sendo que R\$1.551 foi registrado como despesa no resultado do exercício.
- (iv) Em 25 de novembro de 2016, a DI Imagem Centro de Diagnóstico Integrado por Imagem Ltda, controlada da CID, adquiriu a Multilab, e foi constituído um saldo de opção de compra de ações, conforme previsto no acordo de quotistas. A DI Imagem tem o direito de exigir a compra das quotas do minoritário da Multilab, e o minoritário é obrigado a vender para a DI Imagem, a qualquer momento após o 2º aniversário, a partir de 25 de novembro de 2016, data em que o acordo de acionistas foi assinado.

Ações em tesouraria

No dia 30 de abril de 2016, por meio de Instrumento Particular de compra e venda, o acionista Vitor de Carvalho Romera que possuía 57.338 ações nominativas, sendo 26.115 ações ordinárias e 31.223 ações preferenciais classe "A" correspondente a 0,0575% do capital social total da Companhia, efetuou a venda de 23.445 ações preferenciais nominativas classe "A" e 19.614 ações ordinárias nominativas. A companhia por sua vez efetuou a compra das ações do acionista pelo valor de R\$658 e decidiu mantê-las em tesouraria.

A companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 22 de novembro de 2016 o Programa de Recompra de Ações, pelo qual poderão ser adquiridas até 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de sua própria emissão.

O Programa de Recompra de Ações tem como objetivo a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação, a aquisição das ações será realizada no prazo de até 18 (dezoito) meses, com início em 23 de novembro de 2016 e término em 22 de maio de 2018, cabendo aos membros da Diretoria da Companhia definir o melhor momento para realizar a aquisição das ações. A aquisição de ações no contexto do Programa de Recompra ocorrerá mediante aplicação de recursos disponíveis oriundos da conta "Reserva de Capital" da Companhia. No exercício de 2016, a companhia adquiriu 235.000 ações próprias, em um montante de R\$3.548.

Alienação de ações

Em 17 de março de 2015, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a alienação de 1.840.572 ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria, em um montante de R\$24.001, sendo, 1.840.602 ações, adquiridas por dois acionistas investidores da companhia. A alienação foi firmada através de Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações. Em 07 de julho de 2015, através de termo aditivo, as partes resolveram alterar a data de início do pagamento das ações para 01 de maio de 2016, sendo somente exercido por ambos os acionistas no dia 29 de dezembro de 2016.

Lucro (prejuízo) por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro (prejuízo) líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

<u>Básico</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	14.792	(12.767)
Quantidade média das ações em circulação (ações em milhares)	101.152	92.202
Lucro (prejuízo) por ação (em R\$) – básico	<u>0,146</u>	<u>(0,138)</u>
<u>Diluído</u>		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	14.792	(12.767)
Quantidade média das ações em circulação (ações em milhares)	101.152	92.202
Efeito diluidor das opções em circulação (ações em milhares)	-	122
Média do número de ações durante os planos - Diluído	101.152	92.325
Lucro (prejuízo) por ação (em R\$) - diluído	<u>0,146</u>	<u>(0,138)</u>

## 20. COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

Controladora	
31.12.2016	31.12.2015
Receita bruta de serviços	90.625
Deduções:	
Impostos, contribuições e outras deduções	(6.459)
Receita líquida de serviços	84.166
Consolidado	
31.12.2016	31.12.2015
Receita bruta de serviços	956.875
Receita bruta de construção	64.107
Deduções:	
Impostos, contribuições e outras deduções	(69.512)
Receita líquida de serviços	951.470

## 21. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Controladora	
31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(26.586)
Insumos e serviços médico-hospitalares	(6.113)
Serviços de terceiros e outros	(22.432)
Honorários médicos	9.636
Manutenção	(12.707)
Depreciação e amortização	(3.362)
Ocupação	(2.216)
Programa de incentivo de longo prazo	(12.584)
Perda por distribuição dividendos desproporcionais	(7.467)
Total	(10.208)
	(10.930)
	(10.573)
	(1.160)
	(18.386)
	(17.281)
	(122.951)
	(67.823)
Custo dos serviços prestados	(53.057)
Despesas gerais e administrativas	(48.652)
Outras despesas, líquidas	(45.739)
Total	(18.553)
	(24.155)
	(618)
	(122.951)
	(67.823)

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(249.237)	(192.225)
Insumos e serviços médico-hospitalares	(121.943)	(87.621)
Serviços de terceiros e outros	(95.617)	(46.134)
Honorários médicos	(160.006)	(127.254)
Manutenção	(34.912)	(32.728)
Custo de construção	(60.486)	(7.843)
Depreciação e amortização	(54.367)	(35.701)
Ocupação	(73.856)	(60.260)
Programa de incentivo de longo prazo	(10.573)	(1.160)
Total	<u>(860.997)</u>	<u>(590.926)</u>
Custo dos serviços prestados	(591.019)	(422.180)
Despesas gerais e administrativas	(257.275)	(183.152)
Outras despesas, líquidas	(12.703)	14.406
Total	<u>(860.997)</u>	<u>(590.926)</u>

## 22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015
Rendimento de títulos e valores mobiliários	4.193	749
Variação cambial líquida	81.662	(63.798)
Ganho (Perda) instrumento financeiro derivativo	(80.251)	29.320
Juros de empréstimos	(45.129)	(46.544)
Custo de Captação	(809)	-
Juros de contas a pagar por Aquisição de Empresa	(5.302)	(5.118)
Outras despesas financeiras	(5.925)	(36)
Total	<u>(51.561)</u>	<u>(85.427)</u>

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Rendimento de títulos e valores mobiliários	5.832	1.441
Variação cambial líquida	85.849	(70.206)
Ganho (Perda) instrumento financeiro derivativo	(80.251)	29.320
Juros de empréstimos	(61.506)	(53.271)
Custo de Captação	(943)	-
Juros de contas a pagar por Aquisição de Empresa	(5.343)	(4.396)
Juros de parcelamentos	(514)	(508)
Outras receitas (despesas) financeiras	(9.117)	(4.150)
Total	<u>(65.993)</u>	<u>(101.770)</u>

## 23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	(10.667)	(18.143)
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL	3.627	6.169
Diferenças permanentes:		
Equivalência patrimonial	27.091	18.336
Perda por dividendos desproporcionais	(6.251)	(5.876)
Ações restritas	(527)	-
Outros	1.519	(13.253)
Total IR/CS no resultado do exercício	<u>25.459</u>	<u>5.376</u>
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	25.459	5.376
	<u>25.459</u>	<u>5.376</u>
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	34.619	6.968
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de IRPJ e CSLL	(11.770)	(2.369)
Diferenças permanentes:		
Equivalência patrimonial	3.447	-
Perda por dividendos desproporcionais	(6.251)	(5.876)
Ações restritas	(527)	-
Outros	1.564	1.004
Efeito das empresas enquadradas no lucro presumido	7.685	(11.156)
Total IR/CS no resultado do exercício	<u>(5.852)</u>	<u>(18.397)</u>
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(24.193)	(17.367)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	18.341	(1.030)
	<u>(5.852)</u>	<u>(18.397)</u>

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ágio proveniente de incorporações	56.068	56.068	89.727	109.911
Prejuízo fiscal	165.842	90.780	171.360	91.059
Outras diferenças temporárias	4.812	4.993	15.121	8.283
Mais valia de ativos	-	-	(95.238)	(61.659)
Base de cálculo	226.722	151.841	180.970	147.594
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>77.085</u>	<u>51.626</u>	<u>61.530</u>	<u>50.182</u>
Classificados como:				
Imposto diferido ativo	77.085	51.626	93.911	71.146
Imposto diferido passivo	-	-	(32.381)	(20.964)
Imposto diferido líquido apresentado no ativo	<u>77.085</u>	<u>51.626</u>	<u>61.530</u>	<u>50.182</u>

Conforme CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo aprovado pelo Conselho de Administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possui prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado periodicamente e as projeções revisadas anualmente, caso haja fatores que venham a modificar as projeções.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício de 2016 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	51.626	50.182
Combinações de negócios aquisição Delfin	-	(6.993)
IR e CSLL diferidos constituídos e revertidos no exercício	25.459	18.341
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>77.085</u>	<u>61.530</u>

A Administração estima que os créditos tributários serão recuperados como segue:

	Controladora	Consolidado
2017	-	911
2018	-	992
2019	2.400	3.441
Após 2020	74.685	56.186
Total	<u>77.085</u>	<u>61.530</u>



## 24. PARTES RELACIONADAS

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas controladores e as controladas realizam operações financeiras entre si. Essas operações referem-se basicamente a operações de mútuo entre empresas, sobre as quais não incidem encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

Controladora

		31.12.2016								
		Transações		Ativo não Circulante			Passivo não circulante			
	Receita rateio	Despesas operacionais	Mútuos	Notas de Débito	Outros ativos	Total partes relacionadas	Mútuos	Outros passivos	Total partes relacionadas	
	Núcleo de Imagem Diagnósticos	83	-	59	27	-	86	77	-	77
	Ideal Diagnósticos por Imagem	10	-	868	11	-	879	-	-	-
	Alto São Francisco	18	-	-	2	-	2	-	-	-
	Pará de Minas Diagnósticos	24	-	-	3	1.869 (a)	1.872	-	-	-
	Sete Lagoas Diagnósticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Montes Claros	-	-	664	1	1.678	2.343	-	-	-
	Di Imagem Centro Diag Integrado	-	-	10	-	-	10	-	-	-
Imagem										
	Di Imagem Diag Integrado Por Imagem	288	-	-	33	-	33	-	-	-
Ltda										
	Di Imagem Unidade Ultrassonografia Ltda	25	-	-	3	-	3	-	-	-
	Rio Claro Medicina Diagnostica Ltda	11	-	-	1	-	1	-	-	-
	Som Diagnósticos	1.660	-	-	175	-	175	-	-	-
	Censo Imagem Diagnostico Ltda	15	-	-	1	-	1	-	-	-
	Nuclear Diagnóstico	200	-	4.790	434	-	5.224	-	-	-
	Umdi Unidade Diag Imagem De Dourados	103	-	-	11	-	11	-	-	-
Ltda										
	Veneza Diagnostico Por Imagem Ltda	239	-	-	85	-	85	55	-	55
	Plani Jacarei Diagnosticos Medicos Ltda	38	-	-	3	-	3	-	-	-
	Plani Ressonância	177	-	-	16	-	16	-	-	-
	Plani Diagnosticos Medicos Ltda	422	-	-	50	-	50	-	-	-
	Araras Medicina Diagnóstica	27	-	-	4	-	4	-	-	-
	IMRAD Instituto Mineiro De Radiologia	69	-	-	6	-	6	-	-	-
	Núcleo de Diagnóstico por Imagem	179	-	-	22	-	22	-	-	-
	Centro Diagnostico Claudio Ramos Ltda	453	-	-	51	-	51	-	-	-
	Unic UnidCampograndense Diag Ltda	91	-	-	10	-	10	-	-	-
	RM Lafaiete	9	-	-	1	-	1	-	-	-
	Itaguai Diagnósticos	-	-	-	-	2.601 (a)	2.601	-	-	-
	Três Rios Imagem Diagnóstico	10	-	-	1	-	1	-	-	-
	Gold Imagem Diagnósticos	-	-	-	-	897 (a)	897	-	-	-
	Setra Prest. Serviços Radiológicos	182	-	-	22	-	22	-	-	-
	CDI Vitória	83	-	-	42	-	42	-	-	-
	CDI/Vila Velha	335	-	-	12	-	12	-	-	-

31.12.2016									
	Transações		Ativo não Circulante				Passivo não circulante		
	Receita rateio	Despesas operacionais	Mútuos	Notas de Débito	Outros ativos	Total partes relacionadas	Mútuos	Outros passivos	Total partes relacionadas
Clinica Sabedotti Ltda	249	-	-	28	-	28	-	-	-
São Judas Tadeu	253	-	-	34	-	34	-	-	-
Nuclear Med Center	80	-	-	7	-	7	-	-	-
Umdi	665	-	-	78	-	78	-	-	-
Cientifica Tecnograma	15	-	-	2	-	2	-	-	-
Pro Imagem Ltda	120	-	-	13	-	13	-	-	-
Pro Imagem Exames Compl	208	-	-	32	-	32	-	-	-
Caragatatuba Diagnosticos Medicos Ltda	37	-	-	3	-	3	-	-	-
Ecoclinica	121	-	1.614	245	-	1.859	-	-	-
RBD	-	-	3.405	-	-	3.405	-	-	-
CDB	25.879	-	-	10.339	-	10.339	-	-	-
Instituto De Diagnosticos Gold Imagem	122	-	-	15	-	15	-	-	-
Imagem Centro Diagnosticos Grupo Gold	128	-	-	15	-	15	-	-	-
Centro Imagens Diag Ltda (Cedimagem)	54	-	-	18	-	18	12	-	12
Sonimed Nuclear	17	-	-	2	-	2	-	-	-
Nucleminas Medicina Nuclear	13	-	-	2	-	2	-	-	-
Acionista - recompra de ações	-	-	-	-	18.667	(a) 18.667	-	-	-
Assunção de dívida Delfin	-	-	-	-	-	-	-	4.136	4.136
Pátria investimentos	-	5.390	(b)	-	-	-	-	-	-
Aluguel com acionistas	-	1.222	(d)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	31	-	2.869	(a) 2.900	-	-	-
Total	32.712	6.612	11.441	11.860	28.581	51.882	144	4.136	4.280

31.12.2015

	Transações		Ativo não circulante				Passivo não circulante		
	Receita rateio	Despesas operacionais	Mútuos	Notas de Débito	Outros ativos	Total partes relacionadas	Mútuos	Outros passivos	Total partes relacionadas
Núcleo de Imagem Diagnósticos	58	-	-	2	-	2	-	-	-
Ideal Diagnósticos por Imagem	9	-	908	-	-	908	-	-	-
Alto São Francisco	12	-	-	-	-	-	1.268	-	1.268
Pará de Minas Diagnósticos	13	-	1.285	1	1.869 (a)	3.155	-	-	-
Sete Lagoas Diagnósticos	29	-	684	1	-	685	-	-	-
Montes Claros	8	-	458	-	-	458	-	-	-
Di Imagem Centro Diag Integrado Imagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Di Imagem Diag Integrado Por Imagem Ltda	222	-	-	-	-	-	-	-	-
Di Imagem Unidade Ultrassonografia Ltda	18	-	-	-	-	-	-	-	-
DI Imagem Unidade de Raios X	-	-	-	-	-	-	2.477	-	2.477
Rio Claro Medicina Diagnostica Ltda	8	-	-	-	-	-	-	-	-
Som Diagnósticos	1.269	-	430	49	-	479	-	-	-
Censo Imagem Diagnostico Ltda	9	-	-	-	-	-	-	-	-
Nuclear Diagnóstico	234	-	1.961	234	-	2.195	-	-	-
Umdi Unidade Diag Imagem De Dourados Ltda	80	-	-	-	-	-	-	-	-
Veneza Diagnostico Por Imagem Ltda	166	-	-	-	-	-	-	-	-
Plani Jacarei Diagnosticos Medicos Ltda	25	-	-	-	-	-	-	-	-
Plani Ressonância	151	-	4.333	6	-	4.339	450	-	450
Plani Diagnosticos Medicos Ltda	245	-	-	-	-	-	3	-	3
Araras Medicina Diagnóstica	20	-	-	-	-	-	-	-	-
IMRAD Instituto Mineiro De Radiologia	57	-	-	-	-	-	1.410	-	1.410
Núcleo de Diagnóstico por Imagem	130	-	-	6	-	6	1.695	-	1.695
Centro Diagnostico Claudio Ramos Ltda	317	-	-	-	-	-	12.970	-	12.970
Unic UnidCampograndense Diag Ltda	65	-	-	-	-	-	-	-	-
RM Lafaiete	13	-	-	1	-	1	-	-	-
Itaguaí Diagnósticos	-	-	-	-	2.601 (a)	2.601	-	-	-
Três Rios Imagem Diagnóstico	6	-	-	-	-	-	224	-	224
Gold Imagem Diagnósticos	34	-	1.863	2	-	1.865	-	-	-
Setra Prest. Serviços Radiológicos	126	-	-	6	-	6	-	-	-
CDI Vitória	53	-	-	10	-	10	-	-	-
CDI/Vila Velha	246	-	-	-	-	-	-	-	-
Clinica Sabedotti Ltda	169	-	-	-	-	-	-	-	-
São Judas Tadeu	206	-	-	8	-	8	-	-	-
Nuclear Med Center	51	-	-	-	-	-	-	-	-
Umdi	482	-	-	19	1.251 (a)	1.270	-	-	-
Cientifica Tecnograma	15	-	-	-	-	-	1.470	-	1.470
Pro Imagem Ltda	102	-	-	-	-	-	-	-	-
Pro Imagem Exames Compl	115	-	-	-	-	-	-	-	-
Caraguatatuba Diagnosticos Medicos Ltda	34	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecoclinica	121	-	134	124	-	258	-	-	-
RBD	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDB	17.740	-	-	611	-	611	-	-	-
Instituto De Diagnosticos Gold Imagem	74	-	-	-	-	-	-	-	-
Imagem Centro Diagnosticos Grupo Gold	100	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro Imagens Diag Ltda (Cedimagem)	47	-	-	-	-	-	-	-	-
Sonimed Nuclear	10	-	-	-	-	-	-	-	-
Nucleminas Medicina Nuclear	11	-	-	-	-	-	-	-	-

	31.12.2015								
	Transações		Ativo não circulante				Passivo não circulante		
	Receita rateio	Despesas operacionais	Mútuos	Notas de Débito	Outros ativos	Total partes relacionadas	Mútuos	Outros passivos	Total partes relacionadas
Acionista - recompra de ações	-	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000
Assunção de dívida Delfin	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pátria investimentos	-	45	(b)	-	-	-	-	-	-
Aluguel com acionistas	-	429	(d)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	230	675	1.280	2.185	4.585	-	4.585
Total	22.900	474	12.286	1.755	7.001	21.042	26.552	3.000	29.552

## Consolidado

	31.12.2016									
	Transações		Ativo não Circulante			Passivo circulante	Passivo não circulante			
	Receita rateio	Despesas operacionais	Partes relacionadas	Ativo financeiro		Fornecedor	Partes relacionadas	Outras contas a pagar		
Montes claros	-	-	1.526	-		-	-	-		-
Gold imagem	-	-	897	(a)		-	-	-		-
Acionista - recompra de ações	-	-	18.667	(a)		-	-	-		-
Valores a receber ex acionistas	-	-	7.155	(a)		-	-	-		-
Philips	-	40	(c)	-	1.809	(c)	13.231	(c)	-	-
Empréstimos a sócios	-	-	-	-	-	-	-	293	-	-
AFIP	-	57.982	(b)	-	-	6.535	(b)	-	-	3.947
Pátria investimentos	-	5.390	(b)	-	-	-	-	-	-	-
FIDI	-	1.719	(c)	-	-	-	-	-	-	-
Aluguel com acionistas	-	15.212	(d)	-	-	-	-	-	-	1.101
Outros			2.869	(a)						
Total	-	80.343	31.114		1.809	19.766	293		5.048	

31.12.2015								
	Transações		Ativo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante		
	Receita rateio	Despesas operacionais	Outras contas a receber	Ativo financeiro	Fornecedor	Outras contas a pagar		
Valores a receber ex acionistas	-	-	1.280	-	-	-		
Philips	-	-	-	1.120	(c)	-	-	
Empréstimos a sócios	-	-	-	-	-	-	501	
AFIP	-	53.201	(b)	-	9.682	(b)	12.370	(b)
Pátria investimentos	-	45	(b)	-	-	-	-	
FIDI	-	1.531	(c)	-	-	-	-	
Aluguel com acionistas	-	12.913	(d)	-	-	-	1.394	(d)
Total	-	67.690	1.280	1.120	9.682	-	14.265	

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas controladores e as controladas realizam operações financeiras entre si. Essas operações referem-se basicamente a operações de mútuo entre empresas, sobre as quais não incidem encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

- (a) Outros ativos (individual e consolidado) - A controladora possui saldos relativos a transferências de ativo imobilizado para as entidades adquiridas, criando assim um passivo nas controladas e um ativo na controladora no valor de R\$8.236, dividido entre R\$1.869 na Pará de Minas, R\$2.601 na Itaguaí Diagnósticos e R\$897 Gold Imagem e 2.869 referente as saídas de sócios da companhia.

A controladora possui saldo de contas a receber de Acionistas referentes recompra de ações no valor R\$ 18.667.

- (b) Serviços tomados - A Companhia possuía contrato de prestação de serviços de planejamento e assessoria financeira com o Pátria Assessoria Financeira Ltda., visando a conceituação, concepção e formatação de transações visando a aquisição de empresas que atuam no setor de medicina diagnóstica e serviços correlatos. Este contrato foi encerrado em 25 de agosto de 2016 e o montante total de serviços tomados até 31 de dezembro de 2016 somam R\$5.390 (R\$45 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia possui contrato de prestação de serviços profissionais na área de análises clínicas, abrangendo o rol de exames constantes na tabela AMB92, anatomia patológica e citologia, incluindo coleta de material orgânico, domiciliar ou em unidades externas indicadas pela empresa. Os contratos são cobrados por exame realizado, e são remunerados pela Tabela AMB92, para os exames constantes na mesma, e por tabela própria contratada, para os exames que não constam na referida tabela. A contraprestação mínima mensal é estipulada em R\$4.500, cobrada independentemente do número de exames realizados pela contratada no mês. A correção dos valores será feita anualmente pelo IPCA/IBGE acumulado dos últimos 12 meses, observando o índice de reajuste aplicado pelas operadoras de plano de saúde. Até 31 de dezembro de 2016 a Companhia tomou serviço de análises clínicas da Associação Fundo de Incentivo a Pesquisa (AFIP) no valor de R\$57.982 (R\$53.201 em 31 de dezembro de 2015), e saldo de passivo de R\$10.482 em 31 de dezembro de 2016 (R\$22.052 em 31 de dezembro de 2015).

- (c) A RBD contrata serviços de consultoria e assessoria contábil, financeira e administrativo e operacional com as controladoras Companhia e a Fundação Instituto de Pesquisa e Diagnóstico Por Imagem (FIDI). De acordo com o contrato de concessão, as transações com partes relacionadas estão sujeitas a revisão por um verificador independente que é definido pela SESAB e contratado pela RBD. O prazo de duração dos contratos vai até o final da concessão, e os reajustes são feitos com base no IPCA e nos mesmos termos do reajuste previsto no Contrato de Concessão para reajuste da contraprestação da RBD. O valor total referente a estes serviços durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.719 (R\$1.531 em 31 de dezembro de 2015) e está alocado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

A RBD possui contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva com sua acionista Philips Medical Systems Ltda. O valor total referente a estes serviços durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$40 (R\$0 em 31 de dezembro de 2015) e está alocado na rubrica "custos dos serviços prestados".

A controlada RBD possui saldo ativo de R\$1.809 referentes a Adiantamento a fornecedor (R\$1.120 em 31 de dezembro 2015) e saldo de passivo de R\$ 13.231 em 31 de dezembro de 2016 junto ao fornecedor Philips Medical Systems, referente aquisição de máquinas e equipamentos

- (d) Contratos de aluguel - No curso normal dos negócios a Companhia mantém contratos de locação de imóveis com partes relacionadas da Companhia, tais contratos seguem um padrão de contrato de locação não residencial atípico em que são garantidas as mesmas condições de contratos dessa mesma espécie firmados com terceiros, tendo como premissas (i) prazo de locação igual ou superior a 10 anos; (ii) direito da Companhia a renovatória; (iii) o respectivo locador renuncia ao direito a ação revisional e, (iv) é garantido à Companhia o direito de preferência.

Os valores dos contratos de aluguel firmados entre a Companhia e as partes relacionadas são determinados com base em preços de mercado, apurados por consultores independentes e são atualizados monetariamente com base na média dos índices IGPM, IPCA e INPC.

A despesa de aluguel com partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, registrado no resultado, foi de R\$1.222 (R\$429 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e de R\$15.212 no consolidado (R\$12.913 em 31 de dezembro de 2015). Além disso, a Companhia possui um saldo a pagar de alugueis com partes relacionadas registrado no passivo no valor de R\$1.101 (1.394 em 31 de dezembro de 2015).

- (e) As controladas Plani Ressonância, Plani Diagnósticos e Científica, Sabedotti possuem saldos a receber referentes a transações de parcelamentos de impostos negociadas com acionistas, somando R\$4.949 (R\$2.467 em 31 de dezembro de 2015).

As controladas Montes Claros, RM Lafaiete, Plani Diagnósticos, Som Diagnósticos e Clínica São Judas Tadeu possui saldo de contas a receber de sócios, totalizando R\$ 2.206 em 31 de dezembro de 2016.

- (f) Refere-se ao mútuo com partes relacionadas o qual não incide juros, assim como as condições e os prazos de vencimento são acordados entre as partes.

- (g) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores da controladora. Os membros do Conselho da Administração e dos comitês não recebem nenhuma remuneração para exercer tais funções.

	31.12.2016	31.12.2015
Pró-labore	5.126	3.552
INSS Sobre Pró-labore	1.042	888
Bônus	4.680	2.668
INSS Sobre Bônus	936	667
Benefícios indiretos (*)	233	127
Remuneração baseada em ações	1.551	1.160
Total	13.568	9.062

(\*) Estes benefícios referem-se ao plano de saúde e auxílio alimentação.

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos financeiros detalhados nas notas explicativas nº 15, deduzidos pelo caixa e saldos bancários) e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na nota explicativa nº 19, respectivamente).

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

### Índice de endividamento

O índice de endividamento no fim do exercícios é o seguinte:

	Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015
Dívida	367.156	413.191
Instrumento financeiro derivativo	38.650	(29.320)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários	(140.586)	(3.436)
Dívida líquida	265.220	380.435
Patrimônio líquido	1.173.600	716.077
Índice de alavancagem financeira	22,60%	53,13%

  

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Dívida	505.647	465.444
Instrumento financeiro derivativo	38.650	(29.320)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários	(202.840)	(28.355)
Dívida líquida	341.457	407.769
Patrimônio líquido	1.211.935	733.000
Índice de alavancagem financeira	28,17%	55,63%



*Categorias de instrumentos financeiros*

	Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015
<u>Ativos financeiros:</u>		
<u>Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	99.319	673
Títulos e valores mobiliários	41.267	2.763
Contas a receber de clientes	24.465	21.334
Depósitos judiciais	664	381
Partes relacionadas	51.882	21.042
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Instrumento financeiro derivativo	-	29.320
<u>Passivos financeiros:</u>		
<u>Outros passivos mensurados ao custo amortizado:</u>		
Fornecedores	14.273	13.577
Empréstimos, financiamentos e debêntures	367.156	413.191
Partes Relacionadas	4.280	29.552
Contas a pagar - aquisição de empresas	43.955	33.810
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Instrumento financeiro derivativo	38.650	-
	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
<u>Ativos financeiros:</u>		
<u>Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	159.333	21.920
Títulos e valores mobiliários	43.507	6.435
Contas a receber de clientes	233.260	155.592
Ativo financeiro	78.797	16.060
Partes Relacionadas	31.114	-
Depósitos judiciais	22.050	15.149
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Instrumento financeiro derivativo	-	29.320
<u>Passivos financeiros:</u>		
<u>Outros passivos mensurados ao custo amortizado:</u>		
Fornecedores	69.737	51.108
Empréstimos, financiamentos e debêntures	505.647	465.444
Parcelamento de impostos	9.067	8.433
Contas a pagar - aquisição de empresas	46.965	33.810
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Instrumento financeiro derivativo	38.650	-

Objetivos da administração dos riscos financeiros

A Administração coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar instrumentos financeiros derivativos para exposições do risco de *hedge*. O Grupo não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

#### Risco de mercado

Por meio de suas atividades, o Grupo fica exposto principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio (vide nota explicativa nº 15) e nas taxas de juros (vide nota explicativa nº 15). O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio incluindo:

- Contratos futuros de moeda para proteger o risco de mudanças nas taxas de câmbio decorrentes da contratação de empréstimos em dólar.
- *Swaps* de moeda para mitigar o risco de variação cambial.

#### Gestão do risco de taxa de câmbio

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Essas exposições são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Administração, por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira no encerramento dos exercícios são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Moeda estrangeira USD</u>				
Leasing de máquinas e equipamentos	-	-	8.615	1.367
Capital de giro	222.903	296.026	222.903	296.026
FINAME	1.285	1.754	11.604	16.732
(-) Custo de captação	(1.634)	(2.071)	(1.682)	(1.968)
Total	<u>222.554</u>	<u>295.709</u>	<u>241.440</u>	<u>312.157</u>

#### Contratos futuros de moeda

A Companhia mantém contratos de derivativo cambial, na modalidade "*non-deliverable forwards*" - NDF, junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional, em relação a passivos já contabilizados e vinculados a moedas estrangeiras.

Os valores do principal ("notional amount") destas operações não são registrados no balanço patrimonial e os resultados líquidos não realizados nestas operações são avaliados pelo valor justo e registrado na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo, quando ocorre ganho, ou no passivo quando ocorre perda, em contrapartida ao resultado financeiro.

A tabela a seguir mostra detalhes dos contratos futuros de moeda em aberto no encerramento dos exercícios:

31.12.2016					
Banco	Data da Operação	Data de Vencimento	Dólar Futuro	Valor Nocional	Valor Justo
ABC Brasil	28.04.2016	24.04.2017	3,78	1.169	(498)
ABC Brasil	28.04.2016	23.10.2017	3,91	1.126	(470)
ABC Brasil	28.04.2016	19.04.2018	4,04	1.076	(475)
ABC Brasil	28.04.2016	15.04.2019	4,28	988	(456)
ABC Brasil	28.04.2016	11.10.2019	4,37	941	(425)
ABC Brasil	28.04.2016	16.10.2018	4,18	1.033	(474)
				<u>6.333</u>	<u>(2.798)</u>

31.12.2015					
Banco	Data da Operação	Data de Vencimento	Dólar Futuro	Valor Nocional	Valor Justo
ABC Brasil	26.09.2014	19.09.2016	2,7836	745	110
ABC Brasil	26.09.2014	17.03.2017	2,9016	726	134
ABC Brasil	26.09.2014	13.09.2017	2,9839	707	103
ABC Brasil	26.09.2014	22.03.2016	2,7102	763	141
ABC Brasil	03.12.2014	30.05.2016	2,8611	978	200
ABC Brasil	03.12.2014	24.11.2016	2,9515	949	147
ABC Brasil	03.12.2014	23.05.2017	3,051	924	106
ABC Brasil	03.12.2014	20.11.2017	3,2053	898	69
ABC Brasil	03.12.2014	18.05.2018	3,3102	871	17
				<u>7.561</u>	<u>1.027</u>

### Contratos de swap de moeda

A Companhia contratou swaps visando se proteger do aumento da cotação do dólar, que influencia diretamente nos contratos de financiamentos. Os efeitos no resultado são reconhecidos em "receitas financeiras", em contrapartida de "Instrumentos financeiros derivativos" no passivo para o saldo de diferencial a pagar e no ativo para o saldo de diferencial a receber. As principais condições contratuais são as seguintes:

		Valor nocional	Indexação		Posição ativa	Posição passiva	Valor justo derivativos
	Vencimento	31.12.2016	Posição ativa	Posição passiva	31.12.2016	31.12.2016	31.12.2016
Santander	06/02/2017	20.000	USD+6,27%	CDI+3,66%	2.130	(2.935)	(806)
Santander	08/05/2017	20.000	USD+6,27%	CDI+3,66%	2.089	(2.689)	(600)
Santander	04/08/2017	20.000	USD+6,27%	CDI+3,66%	2.042	(2.533)	(491)
Santander	03/11/2017	20.000	USD+6,27%	CDI+3,66%	2.006	(2.374)	(368)
Santander	31/01/2018	20.000	USD+6,27%	CDI+3,66%	1.960	(2.237)	(277)
Santander	02/05/2018	20.000	USD+6,27%	CDI+3,66%	1.921	(2.124)	(203)
Santander	30/07/2018	20.000	USD+6,27%	CDI+3,66%	1.877	(2.012)	(135)
Santander	29/10/2018	20.000	USD+6,27%	CDI+3,66%	1.835	(1.901)	(65)
Santander	16/02/2017	101.210	USD+6,83%	CDI+4,43%	19.060	(28.698)	(9.638)
Santander	15/08/2017	101.210	USD+6,83%	CDI+4,43%	18.338	(24.734)	(6.396)
Santander	14/02/2018	101.210	USD+6,83%	CDI+4,43%	17.573	(21.875)	(4.302)
Santander	10/08/2018	101.210	USD+6,83%	CDI+4,43%	16.758	(19.595)	(2.837)
Santander	06/02/2019	101.210	USD+6,83%	CDI+4,43%	15.987	(17.458)	(1.471)
Itaú	08/03/2019	40.800	USD+3,44%	CDI+3,50%	25.421	(31.793)	(6.371)
Itaú	02/04/2018	19.000	USD+6,93%	CDI+3,95%	13.358	(15.250)	(1.892)
		<u>725.850</u>			<u>142.355</u>	<u>(178.208)</u>	<u>(35.852)</u>

Controladora e Consolidado							
	Vencimento	Valor Nominal 31/12/2015	Posição ativa		Posição passiva		Valor justo 31.12.2015
			Indexador	Taxa (% a.a.)	Indexador	Taxa (% a.a.)	
Santander	29/02/2016	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	1.740
Santander	31/05/2016	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	1.867
Santander	29/08/2016	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.031
Santander	28/11/2016	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.279
Santander	24/02/2017	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.439
Santander	25/05/2017	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.676
Santander	23/08/2017	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	2.842
Santander	21/11/2017	50.000	USD	3,66	CDI	2,09	3.020
Santander	07/03/2016	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	598
Santander	02/09/2016	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	1.339
Santander	01/03/2017	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	2.385
Santander	28/08/2017	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	3.276
Santander	26/02/2018	50.000	USD	5,11	CDI	2,93	4.130
Santander	11/02/2016	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(485)
Santander	11/05/2016	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(528)
Santander	09/08/2016	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(549)
Santander	07/11/2016	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(241)
Santander	06/02/2017	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	(146)
Santander	08/05/2017	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	7
Santander	04/08/2017	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	92
Santander	03/11/2017	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	220
Santander	31/01/2018	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	329
Santander	02/05/2018	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	419
Santander	30/07/2018	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	497
Santander	29/10/2018	20.000	USD	6,27	CDI	3,66	580
Itaú	08/03/2019	40.800	USD	3,44	CDI	3,50	(2.524)
		<u>930.800</u>					<u>28.293</u>

### Gestão do risco de taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que suas controladas e coligadas obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção de um *mix* apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item "Gestão do risco de liquidez" desta nota explicativa.

### Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

Análise de sensibilidade de taxa

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e Libor entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável (cenário base) seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2016, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário base uma TJLP em 7,5%, o CDI em 9,50% e Libor em 1,36%. Já o "Cenário possível" contempla um aumento de 25% nas taxas em questão e o "Cenário remoto" um aumento de 50%.

	Controladora			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
<u>Empréstimos Indexador:</u>				
CDI + 1,54% a 4,86%	136.636	18.206	22.757	27.309
Libor + 3,5% a 3,59%	34.075	1.657	2.071	2.486
<u>Instrumentos financeiros derivativos (ponta passiva):</u>				
<u>Indexador:</u>				
CDI + 3,5% a 6,95%	200.268	26.684	33.355	40.026
	<u>370.979</u>	<u>46.547</u>	<u>58.183</u>	<u>69.821</u>
<u>Títulos e valores mobiliários</u>				
<u>Indexador:</u>				
100% a 102,5% CDI	132.853	12.864	16.080	19.296
Exposição líquida	<u>238.126</u>	<u>33.683</u>	<u>42.103</u>	<u>50.525</u>
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	8.420	16.842
	Consolidado			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário Remoto 50%
<u>Empréstimos Indexador:</u>				
CDI + 1,54% a 4,43%	206.571	27.524	34.405	41.286
Libor + 3,5% a 3,59%	53.007	2.673	3.341	4.009
TJLP + 2,5% a 6%	2.719	352	440	528
<u>Instrumentos financeiros derivativos (ponta passiva):</u>				
<u>Indexador:</u>				
CDI + 3,5% a 6,95%	200.268	26.684	33.355	40.026
	<u>462.565</u>	<u>56.898</u>	<u>71.123</u>	<u>85.348</u>
<u>Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários</u>				
<u>Indexador:</u>				
100% a 102,5% CDI	138.197	13.381	16.727	20.072
Exposição líquida	<u>324.368</u>	<u>43.517</u>	<u>54.396</u>	<u>65.276</u>
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	10.880	21.759

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 3,30, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus de 17 de fevereiro de 2017. Os cenários II e III foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 3,2591.

	31.12.2016			
	Controladora			
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	222.554	225.347	281.684	338.021
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP (ponta ativa)	(161.618)	(163.647)	(204.558)	(245.470)
Exposição passiva líquida após derivativos	<u>60.936</u>	<u>61.700</u>	<u>77.126</u>	<u>92.551</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho/(perda)		765	16.190	31.615

  

	31.12.2016			
	Consolidado			
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	241.440	244.470	305.588	366.705
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP (ponta ativa)	(161.618)	(163.647)	(204.558)	(245.470)
Exposição passiva líquida após derivativos	<u>79.822</u>	<u>80.823</u>	<u>101.030</u>	<u>121.235</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho/(perda)		1.002	21.208	41.413

Gestão de risco de crédito

É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Gestão do risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

	Controladora			Total
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	
<b>Ativo</b>				
Contas a receber	24.465	-	-	24.465
Partes relacionadas	-	51.882	-	51.882
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	14.273	-	-	14.273
Empréstimos e financiamentos	187.572	243.002	48.244	477.708
Contas a pagar - aquisição de empresas	14.163	9.757	33.617	57.537
Instrumento financeiro derivativo	25.549	10.555	2.546	38.650

  

	Consolidado			Total
	até 1 ano	entre 1 e 2 anos	mais de 2 anos	
<b>Ativo</b>				
Contas a receber	233.260	-	-	233.260
Ativo financeiro	14.407	14.412	49.978	78.797
Partes relacionadas	-	31.114	-	31.114
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	69.737	-	-	69.737
Empréstimos e financiamentos	255.340	282.069	115.218	652.628
Parcelamento de impostos	2.195	1.853	9.198	13.139
Contas a pagar - aquisição de empresas	14.910	10.823	35.816	61.549
Instrumento financeiro derivativo	25.549	10.555	2.546	38.650

*Estimativa do valor justo*

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas Demonstrações Financeiras, conforme Nível 2:

	Controladora			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	367.156	367.979	413.191	380.386
	Consolidado			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	505.647	497.426	465.444	428.329

## 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

As atividades desenvolvidas pela Companhia dividem-se, basicamente, nas seguintes áreas: (i) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; (ii) medicina nuclear e citologia; (iii) anatomia patológica; e (iv) análises clínicas, utilizando-se de empresas médicas especializadas e laboratórios contratados, assim como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico.

A Administração da Companhia entende que as atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas, por se tratarem de prestação de serviços e processos de produção da mesma natureza, tipo de cliente, fornecedores e processo logístico semelhante, tratam-se de um único segmento de negócios, denominado Serviços Auxiliares de Apoio Diagnóstico ("SAD"). Desta forma, a Administração do Grupo considera um único segmento operacional e única entidade de reporte para análises e tomada de decisões.

## 27. COBERTURA DE SEGUROS

As premissas de riscos adotados, devida à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de seguros contratados pela Companhia e por suas controladas possuem cobertura no total de até R\$512.527 (R\$526.491 em 2015) e contemplam riscos diversos relativos a edificações, instalações, equipamentos, veículos e responsabilidade civil em geral. A vigência destas apólices de seguro é até 12 de dezembro de 2017, para o Patrimonial e Seguro de Responsabilidade Civil e Geral vencimento em Junho/2017.

A Companhia pagou prêmio de seguro no montante total de R\$743 (R\$543 em 2015).



Seguro Directors & Officers (D&O)

A Companhia contratou, para ela e suas controladas, a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 24 de abril de 2017 e cobertura no montante de R\$50.000 + Seguro Posi (com vigência até 27.10.2017) considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## 28. COMPROMISSOS

Aquisição de equipamentos: a Companhia possui contrato firmado com fornecedor de equipamentos para a compra de 31 máquinas de ressonância e tomógrafos, no valor mínimo de US\$24.062 e máximo de US\$30.009. A fabricação das máquinas dependerá da solicitação prévia da Companhia e poderá ser solicitada em até 48 (quarenta e oito) meses da data de assinatura do contrato, que é 28 de novembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui adiantamentos ao fornecedor, no montante de R\$11.916, classificados como ativo imobilizado em andamento.

Contratos de aluguéis: a Companhia possui contratos de aluguel de imóveis relacionados às suas unidades de atendimentos, postos de coletas e unidades administrativas. Os contratos de aluguéis possuem duração entre 1 e 18 anos, e em geral sofrem correção anual com base no IGP-M.

Os montantes estimados a serem pagos para os próximos 5 anos dos aluguéis contratados até 31 de dezembro de 2016 são como segue:

	<u>Cronograma de pagamento</u>
2017	45.968
2018	48.119
2019	50.366
2020	52.683
2021	54.970
Total	<u>252.106</u>

Contratos de manutenção de máquinas: no curso normal das operações, a empresa tem por prática manter contratos de manutenção de equipamentos de alta tecnologia para uso na prestação de serviços. Alguns contratos são por prazo indeterminado, não sendo, por isso, possível estabelecer o montante total de desembolsos futuros.

Os montantes estimados a serem pagos para os próximos 5 anos dos contratos de manutenção contratados até 31 de dezembro de 2016 são como segue:

	<u>Cronograma de pagamento</u>
2017	43.480
2018	45.515
2019	47.641
2020	49.832
2021	51.995
Total	<u>238.463</u>

Contratos de terceirização de análises clínicas: a Companhia possui contratos de prestação de serviços profissionais na área de análises clínicas, abrangendo o rol de exames constantes na tabela AMB92, anatomia patológica e citologia, incluindo coleta de material orgânico, domiciliar ou em unidades externas indicadas pela empresa.

Os contratos são cobrados por exame realizado, e são remunerados pela Tabela AMB92, para os exames constantes na mesma, e por tabela própria contratada, para os exames que não constam na referida tabela. A contraprestação mínima mensal é estipulada em R\$4.500, cobrada independentemente do número de exames realizados pela contratada no mês. A correção dos valores será feita anualmente pelo IPCA/IBGE acumulado dos últimos 12 meses, observando o índice de reajuste aplicado pelas operadoras de planos de saúde.

Os montantes dos contratos de terceirização até 31 de dezembro de 2016 são como segue:

	<u>Cronograma de pagamento</u>
2017	60.452
2018	63.173
2019	65.990
2020	68.894
2021	71.994
Total	<u>330.503</u>

## 29. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA

A Companhia realizou transação que não gerou efeitos de caixa e que, portanto, não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Alienação de ações	18.667	18.667
Capitalização de juros	5.114	5.114
Dividendos a receber	1.348	-
Opção de compra de ações - Multilab	2.430	2.430
Aquisição de ativo financeiro por financiamento	-	13.322
Aquisição de imobilizado por financiamento	335	15.874

## 30. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2017.